

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano VIII - Nº. 69 - novembro/dezembro 2014



Mala Direta
Básica

99123401952013-DR/RJ
FioCruz

Correios

Somos elos da Rede

Seminário Nacional da RET-SUS aponta caminhos
exitosos da Educação Profissional em Saúde.

sumário

2 ■

especial

- Pela primeira vez, protagonistas do debate
- Sem surpresas, nem divergências

14 ■

capa

Novos horizontes para a Rede

24 ■

em rede

Saúde da pessoa idosa em foco

28 ■

aconteceu

Um giro pelas escolas de São Paulo, Pará, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina, Alagoas, Bahia e Acre

32 ■

panorama

País avança em tratamento com antirretrovirais

Momento de reflexão

O fim do ano chegou e, nele, se deu o Seminário da RET-SUS, buscando pensar as metodologias de aprendizagem e as novas tecnologias educacionais na formação técnica e apontar para a necessidade de reflexão sobre as diretrizes curriculares da formação técnica em Enfermagem. O encontro, realizado em Belém, de 28 a 31 de outubro, reuniu diretores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos das 40 instituições que integram a Rede. De forma inédita, trouxe a 1ª Mostra Nacional de Saberes da Educação Profissional em Saúde das ETSUS e dedicou espaço especial ao lançamento do novo site da Rede.

A edição segue, na seção 'Especial', com a cobertura da segunda edição do Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, promovido de 19 a 23 de outubro, em Belo Horizonte (MG), apostando na aproximação entre academia e movimentos sociais e concedendo o mesmo protagonismo aos dois segmentos. Trazemos, ainda, a cobertura da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), realizada de 19 a 23 de novembro, em Brasília, sob o tema *O Plano Nacional de Educação (PNE) na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração*. Aguardada com grande expectativa, em vista de dois cancelamentos, a Conae 2014 foi marcada pelos consensos, já que o foco foi a regulamentação do PNE e a criação do Sistema Nacional de Educação.

Na seção 'Em Rede', nossos leitores poderão conferir como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa encontrou nas ETSUS a parceria fundamental para a promoção da autonomia e independência dos idosos, que, em 2025, somarão 32 milhões. A reportagem traz as experiências de formação voltadas para a atenção à saúde da pessoa idosa, promovidas pelas escolas da Rede.

Em 'Aconteceu', um giro pela ESP Igatu (CE), Efos (SC), ESP-PE, Etsal (AL), ETSUS-PA, ESP-CE, EFTS (BA), EMS (SP), ETSUS Sobral (CE) e ETSUS-AC. Por fim, em 'Panorama', os resultados positivos do tratamento com antirretrovirais alcançados pelo Brasil.

Boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano VIII - nº 69 - novembro/dezembro de 2014
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Aldiney José Doreto (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 11.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado
Reportagem e redação
Flavia Lima, Maíra Mathias e
Ana Paula Evangelista
Projeto Gráfico e Diagramação
Mário Carestiatto
Capa
Mário Carestiatto
Assistente de Gestão
Fernanda Martins
Periodicidade
Bimestral



Ministério da Saúde
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Encontro sobre Saúde e Ambiente se destaca pela aproximação entre academia e movimentos sociais, abrindo caminho para uma relação isonômica.

Pela primeira vez, protagonistas do debate

especial

Ana Paula Evangelista

Em sua segunda edição, sob o tema *Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas*, o Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (Sibsa), promovido de 19 a 23 de outubro, em Belo Horizonte (MG), pelo Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GTSA/Abrasco), apostou na aproximação entre academia e movimentos sociais, dando o mesmo protagonismo aos dois segmentos. A iniciativa abriu caminhos para a definição de uma relação sujeito-sujeito, mesclando trabalhos científicos e relatos de quem tem um saber do modo de vida, sobre o contexto socioambiental. "O Sibsa é fruto da construção do conhecimento que flui dentro dos movimentos sociais e pode tornar-se um pensamento coletivo. Fomos além de nossas expectativas ao incluir os movimentos sociais como partícipes da comissão científica e organizadora do simpósio", informou o presidente do evento e diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Hermano Albuquerque de Castro. Ele defendeu, para além da inclusão dos movimentos sociais nos debates científicos, maior empenho na defesa da vida e da saúde.

"Aos que lutam pela reforma agrária, apresento o silêncio contra o apodrecimento da palavra. Para que não se chame de conflito a chacina, de paz a polícia, violência de segurança e manipulação de justiça, voltemos ao silêncio", recitou Mercedes Zuliani, da Organização Via Campesina, o poema de Clei de Souza, intitulado *Para não calar*, informando que os movimentos sociais sentem-se reconhecidos com a participação no simpósio. "Agradecemos ao povo que lutou para chegarmos até aqui, sob uma resistência que constrói projetos", exaltou. Presente na mesa de abertura, o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Gadelha, observou que os temas saúde e ambiente são quase simbióticos e não podem ser pensados de forma desconectada. "A produção do conhecimento não é um monopólio da academia. É algo vivo presente na luta e na prática das pessoas", reconheceu.

Sem saúde, o mundo vai mal

Histórico militante da Reforma Agrária e precursor da agroecologia no Brasil, o francês Jean Pierre Leroy proferiu a conferência de abertura do 2º Sibsa, sob o tema *Direitos, justiça ambiental e políticas públicas*, defendendo a retomada do sentido de simbiose das sociedades na contemporaneidade e explicando que a saúde é o termômetro desse processo. "Se a saúde não vai bem, o mundo não vai bem", enfatizou.

Segundo Leroy, os direitos são arbitrários, principalmente, quando dizem respeito ao território. "O Congresso Nacional — que é dominado pelo agronegócio — quer dar a ele o direito e o dever de definir onde haverá povos indígenas. Mas os índios já existiam. É ainda mais arbitrário quando o governo federal atribui essa decisão aos estados ou quando liberam, por exemplo, a construção de hidrelétricas em territórios tradicionais, indo contra a Constituição Federal", criticou.

2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente

abro . 2014
ENTRO
nte . MG

Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas



Mercedes (à esq.), da Via Campesina, elogia o reconhecimento dado aos movimentos sociais.

Ana Paula Evangelista / RET-SUS

Em suas palavras, justiça ambiental implica a luta travada para que ninguém entre na condição de atingido. “É um grito dos que não aceitam ser destruídos, eliminados, silenciados pela injustiça e pelo processo de desenvolvimento capitalista”, explicou, acrescentou que justiça ambiental é uma afirmação de algo que interpela toda a sociedade, que diz que não se pode mais pensar o futuro da sociedade brasileira sem que o meio ambiente faça parte da vida. “Há 20 anos os ambientalistas já diziam que faltaria água e outros bens naturais. Hoje, é o grito do povo que ecoa o problema”, ressaltou.

■ Interesses antagônicos

A mesa *Conflitos territoriais no campo, florestas e cidades: implicações para a saúde* reuniu Cristiane Faustino, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Guilherme Delgado, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), e Roberto Passos Nogueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Delgado falou sobre a mercadorização do trabalho e dos territórios. “Estamos falando sobre a violência institucional, governamental ou empresarial, sobre as pessoas e o ambiente”, explicou. Coube a Passos tratar do conceito de habitação e das relações históricas que fizeram com que a habitação perdesse, pelo menos na prática, a designação do ato de viver em um lugar natural, no qual o homem tem sua morada, o campo para cultivar, as florestas, os rios e as montanhas. “O trabalho não se separa do viver nesse modo natural de posse da terra”, enfatizou. Cristiane afirmou que o conflito nasce da diferença de interesse do governo e das populações. “Conflitos territoriais e sociais estão ligados à força patriarcal, que domina as minorias”, enfatizou.

Na mesa *Agroecologia e Saúde*, Agnaldo Fernandes, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (RN), Renato Moreira de Souza, do Assentamento Santo Dias (MG), e Emília Alves da Silva Rodrigues, do Movimento Quebradeiras de Coco (TO), trataram das concepções de relação humanidade-natureza presentes em experiências agroecológicas e dos conflitos com o agronegócio. A ética pela vida, o protagonismo social, a criatividade e a visão sistêmica foram pontos comuns das histórias de vida apresentadas pelos participantes. Eles apontaram como desafios e possibilidades manter as novas gerações no campo, atuando na lavoura, fortalecendo o diálogo de saberes entre universidade e campo e promovendo o intercâmbio de experiências, em que se repense o conceito de saúde e a ação crítica do mundo acadêmico junto aos movimentos sociais para transformar a realidade e supere a inversão de valores relacionada à comprovação de que o orgânico faz bem e os alimentos contaminados não são identificados como tal.

A mesa *Agronegócio e Saúde* reuniu José Gomes da Silva, da Associação Regional de Produtores Agroecológicos, do Assentamento Roseli Nunes (MT), e Cosme Rite, da tribo Xavantes (MT). Gomes apresentou o contexto dos conflitos do Assentamento Roseli Nunes, ligado à cadeia agroindústria no Centro-Oeste, que inclui as atividades de mineração, agrotóxicos e insumos, monoculturas e disputa por território. Rite, por sua vez, contou que a Azienda Generale Italiana Petroli (Agip) — empresa que atua no ramo de combustíveis — deixou o território indígena, mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) permitiu a ocupação pelos fazendeiros. Depois de muitos anos, a organização indígena conseguiu expulsar os fazendeiros da terra. No entanto, o solo estava destruído e contaminado. “Não precisamos apenas ocupar a terra, mas produzir e se sustentar”, reclamou. ■

Etapa nacional da Conferência de Educação destacou-se pelo consenso em torno da regulamentação do PNE e pela pouca discordância em relação a outras pautas.

Sem surpresas, nem divergências

especial

Ana Paula Evangelista, Maira Mathias e Katia Machado

Promover o debate democrático sobre os rumos da educação brasileira foi o foco da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), realizada de 19 a 23 de novembro, em Brasília, sob o tema *O Plano Nacional de Educação (PNE) na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração*. Organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), a Conae 2014 reuniu 3,6 mil participantes, dos quais 2.658 eram delegados — estavam previstos 3,5 mil —, e o restante foi de observadores (262), convidados (45), palestrantes (70), jornalistas (138), expositores (107), acompanhantes (42), pessoas ligadas a atrações culturais (17), visitantes (114) e da organização (223).

Precedida por 2.824 conferências municipais e intermunicipais, 26 estaduais e uma distrital, entre os anos 2012 e 2013, envolvendo cerca de três milhões de pessoas pelo país, a etapa nacional foi aguardada com grande expectativa, em vista de dois cancelamentos — o primeiro em novembro de 2013 e o segundo em fevereiro de 2014 —, e foi organizada a partir de sete eixos temáticos: *O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação; Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente; Qualidade da educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem; Gestão democrática, participação popular e controle social; Valorização dos profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho; e Financiamento da Educação, gestão, transparência e controle social dos recursos*.

Representantes de todos os níveis da Educação — pública e particular —, de setores sociais, gestores, trabalhadores, pais e estudantes participaram de colóquios, mesas de interesse e das plenárias de eixo e final, por meio das quais aprovaram, sem novidades, 833 propostas de 30 mil emendas ou novos parágrafos, oriundos das conferências municipais, estaduais e distrital — o documento final da Conae 2014, aprovado pela plenária final, deverá estar disponível em março de 2015, após revisão do texto, a ser realizada pelo FNE.

Houve mais consensos do que dissensos, já que a maior preocupação foi em relação às propostas que disseram respeito à regulamentação do Plano e à criação do Sistema Nacional de

Educação em regime de colaboração. Questões polêmicas, como o financiamento público (meta 20 do PNE) — que recebeu muitas críticas de pesquisadores e militantes da educação durante a tramitação da Lei nº 13.005, aprovada em junho de 2014 — instituindo o novo plano para os próximos dez anos, não encontraram discordâncias, muito menos as propostas em torno do tema da Educação Profissional, de que trata a meta 11 do Plano — nesse caso, foram apenas polêmicas em torno do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). “Aprovamos a instituição do sistema. Portanto, o que a Conae 2014 deliberou vai ao encontro daquilo que o PNE aprovou”, comemorou o então coordenador do FNE, Francisco Chagas — substituído, em eleição realizada em 9 de dezembro, por Heleno Araújo, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em acordo com o Regimento Interno do Fórum, que prevê o revezamento entre poder público e sociedade civil, sem possibilidade de reeleição.

A primeira edição da Conae, realizada em 2010, em Brasília, havia tratado da criação de um sistema nacional de educação e proposto diretrizes e estratégias para a construção do PNE, que, em dezembro daquele ano, foi concluído e enviado ao Congresso Nacional. O Plano, aprovado e sancionado apenas quatro anos depois, traz 20 metas — duas delas voltadas, exclusivamente, à educação profissional — e 229 estratégias, tratando de questões como a ampliação de matrículas, a inclusão de pessoas com deficiência, melhorias na infraestrutura e a valorização dos professores e trabalhadores em educação. A próxima edição da Conae está prevista para 2018.

■ Noite de abertura

A abertura da Conae 2014, realizada na noite de 19 de novembro, contou com a presença de Chagas, Raimundo Jorge, representando o Movimento Negro, Glauber Braga, presidente da Comissão de



Educação da Câmara dos Deputados, José Henrique Paim, ministro da Educação, Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social, Ideli Salvatti, ministra dos Direitos Humanos, e Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário.

Ao dar boas vindas aos participantes, Chagas falou sobre o processo de preparação da Conae, iniciado em 2013, fazendo um resgate dos principais momentos e conquistas que antecederam o evento. “Começamos esse movimento sem nenhum ineditismo, ainda mobilizados pelas greves e reivindicações, bem como pelos encontros e conferências municipais e estaduais”, lembrou.

Coube a Paim avaliar as conquistas e apontar os novos desafios para a área. “É a educação que vai emancipar o país e dar esperança a crianças e jovens”, disse, destacando, em seguida, o novo padrão de relacionamento exigido aos estados e municípios para que se possa avançar com o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. “Nosso PNE é uma oportunidade histórica, temos nas mãos a grande chance de fazer um alinhamento dos níveis educacionais e precisamos aproveitar e assumir esse compromisso”, frisou.

A necessidade de fortalecer a participação popular nos rumos da educação foi destacada por Carvalho. Segundo o ministro, foi por meio de conferências e mesas de negociação que políticas fundamentais para o país foram criadas. “Precisamos lutar por uma educação integral, pela implementação dos centros tecnológicos, pela erradicação do analfabetismo, pela integração real com as políticas de cultura, ambiental, de saúde e direitos humanos. Isso se dá com a participação da sociedade”, orientou. Vale citar que as propostas do quinto eixo da Conae 2014, sobre gestão democrática, participação popular e controle social, foram aprovadas com mais de 50% pelos delegados, ainda no dia 22, na respectiva plenária de eixo.

A cerimônia de abertura foi encerrada com uma homenagem ao Patrono da Educação brasileira, educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire (1921-1997), que há 50 anos alfabetizou a primeira turma de adultos no município de Angicos, no Rio Grande do Norte. A Conae 2014 contou, ainda, com mais 25 atividades artísticas, interligando educação e cultura e reverenciando, além de Paulo Freire, o romancista e poeta Ariano Suassuna (1927-2014) e o escultor e artista plástico Francisco Brennand, com 87 anos.

A educação é ponto focal do governo, diz presidenta

Presente no segundo dia da Conae 2014, a presidenta Dilma Rousseff foi recebida com coros e aplausos — algumas poucas vaias. Durante seu discurso, Dilma fez destaque à representatividade que envolveu todo o processo de construção da conferência, com participação de quase três milhões de pessoas em suas etapas preparatórias. “Poucos países têm um processo de participação desse porte, temos que nos orgulhar. Por isso, reintero o compromisso do meu governo com a educação, que é a prioridade das prioridades, a número um”, afirmou, atribuindo à educação o caminho para a redução da desigualdade e o crescimento com inclusão social.

Ao falar sobre a questão dos recursos a serem destinados à educação, em especial os 75% dos royalties do pré-sal e parte do fundo social, Dilma reforçou o compromisso com os trabalhadores da área. “Não me canso de afirmar que a base de uma educação de qualidade é a valorização do professor, tanto na sua formação quanto no salário. Esse é um desafio inadiável, que teremos que considerar”. Ela anunciou mais 12 milhões de vagas para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e falou sobre sua expectativa de regulamentação do PNE e implantação do Sistema Nacional de Educação.

Dilma lembrou, ainda, que a democracia em uma sociedade moderna e inclusiva demanda participação popular na construção das políticas públicas. “Nós temos aqui um diálogo qualificado sobre a educação e, nesse novo mandato, preciso de sugestões, para que juntos possamos construir um país mais desenvolvido”, frisou. Por fim, a presidenta fez uma menção especial ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. “Tivemos um grande avanço quando, em 2010, o país declarou-se, majoritariamente, de raça negra, assumindo com orgulho nossa origem afrodescendente. O racismo é crime e a igualdade social de forma afirmativa é um valor da nossa nacionalidade”, finalizou.



Os colóquios *O Sistema Nacional de Educação (SNE), a articulação federativa e o papel do Estado democrático na garantia do direito à educação e Regime de colaboração entre sistemas de ensino e organização da educação nacional*, realizados na tarde do dia 20/11, reuniram reflexões e proposições sobre o tema central da Conae 2014. Além desses, o debate *O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação*, realizado no terceiro dia da Conae, trouxe Dermeval Saviani, professor emérito da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para falar sobre o papel da União na colaboração federativa para a organização e operação do SNE, dando subsídios às plenárias. Não por um acaso que os 2,6 mil delegados inscritos aprovaram, por unanimidade, a proposta de regulamentar o artigo 23 da Constituição, segundo o qual a educação deve ser feita em regime de cooperação e colaboração entre os entes federados.

Na primeira mesa, o doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e professor da PUC Minas Gerais, Carlos Roberto Jamil Cury, iniciou sua análise sobre o tema, resgatando a Lei nº 13.005, que aprova o PNE, para discorrer sobre o novo conceito que a expressão "sistema nacional de educação em regime de colaboração" busca responder. Segundo ele, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) já remeteria à prática da colaboração, bem como o quarto parágrafo do artigo 211 da Constituição Federal, ao indicar que, na organização de seus sistemas de ensino, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios definam formas de colaboração de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Qual seria então a novidade que a expressão traz? O Fundeb e outros mecanismos de colaboração não seriam suficientes? O problema, respondeu o professor, é que o conceito de colaboração não diz respeito apenas à função redistributiva, ou seja, à assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios. Segundo Cury, o tema compreende o sétimo artigo da Lei do PNE, ao escrever que "a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias do PNE". Ele destacou o quinto parágrafo desse artigo, no qual é proposto a criação de uma instância permanente de negociação e cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. "Se o quinto parágrafo diz respeito aos quatro entes federativos, o seguinte

implicará, especificamente, os estados e seus municípios. Isso porque escreve o sexto parágrafo desse artigo que o fortalecimento do regime de colaboração entre estados e respectivos municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada estado", destacou. "Isso significa ter uma segunda mesa de pactuação entre estados e municípios, o que é absolutamente fundamental para a educação infantil", acrescentou.

Os três parágrafos (5, 6 e 7) do sétimo artigo da Lei do PNE, porém, estão em aberto, carecendo de um debate mais amplo, alertou Cury. "A Conae tem a responsabilidade de pensar os sujeitos desse processo de negociação, cooperação e pactuação. Não são termos comuns", defendeu, citando, nesse contexto, o projeto de lei do deputado federal Ságuas Moraes (PT/MT), apresentado em julho de 2014, que estabelece normas da cooperação federativa entre União, estados, Distrito Federal e municípios e entre estados e municípios, para garantia dos meios de acesso à educação pública básica e superior regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

■ Regime de colaboração

"Para que possamos ter, efetivamente, um Sistema Nacional de Educação, é preciso garantir por meio de lei complementar o regime de colaboração nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal", frisou Célia Maria Vilela Tavares, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e professora da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. A integrante do Fórum Nacional de Educação (FNE) fez parte da mesa *Regime de colaboração entre sistemas de ensino e organização da educação nacional*, ao lado do professor Paulo Hentz, integrante do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

De acordo com Célia, trata-se, nesse caso, de se construir um conjunto unificado e orgânico de ações que articula todos os aspectos da educação do país, com normas comuns válidas para todo o território nacional, visando assegurar uma educação com o mesmo padrão de qualidade para todos. Ela lembrou a Emenda Constitucional 59/2009 que determina que o ensino obrigatório, a partir de 2016, passa a ser dos quatro aos 17 anos, compreendendo a idade correspondente à segunda etapa da educação infantil e aos ensinos fundamental e médio. A mesma norma que instituiu a obrigatoriedade dos quatro aos 17 anos, também determinou que a União, os estados,

o Distrito Federal e os municípios definirão formas de colaboração para garantir a universalização do ensino obrigatório. Dessa forma, completou, fica estabelecida a corresponsabilidade dos estados e da União para com a oferta da educação infantil, bem como a corresponsabilidade da União com a oferta do ensino médio.

Célia apontou para a urgência da discussão e implantação de uma justiça tributária no país face ao que, hoje, fica concentrado nas mãos da União (57%), dos estados e DF (25%) e dos municípios (18%). "Igual distorção se apresenta quando temos os percentuais de investimento na educação: a União investe 20%, os estados e o DF investem 41% e os municípios, 39%", comparou.

Para ela, o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como está apresentado na estratégia 20 do PNE, faz frente ao desafio da justiça tributária e é um avanço para a promoção da educação de qualidade para todos. Segundo o texto da lei, o CAQi será implantado no prazo de dois anos, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implantação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Hentz frisou que colaboração significa convivência autônoma entre os entes da Federação. "Guardamos, porém, alguns vícios ao sairmos de Estado unitário, no tempo do Império, para Estado federativo, com a República, considerando que a União deve assumir tudo e conservando a crença de

hierarquia de legitimidade e de competência", ressaltou. Segundo ele, a sociedade preserva a ideia de que a competência dos órgãos federais é excelente, dos estaduais, mediana e dos municípios, totalmente incompetente. "Está em nossa cultura que os municípios sabem menos que os estados e os estados menos que a União", reconheceu.

Ele citou, porém, o artigo 18 da Constituição, para frisar que não há hierarquia entre os entes federativos. A descentralização, acrescentou, está explícita, ainda, na LDB, nos artigos 9, 10 e 11.

O professor fez, também, referência aos artigos cinco e seis da Lei nº 13.005, ressaltando que o sistema poderá se constituir como instância de fiscalização e responsabilização de cada ente diante de suas competências. Para ele, são aspectos importantes do tema: os entes se reconhecerem autônomos; compreenderem que competências legais não são permissões, mas obrigações; exigirem a prática do regime de colaboração em diferentes instâncias; praticarem o regime de colaboração com sistemas pares e com outras instâncias da federação; e construir um sistema nacional não baseado em outros órgãos, mas na relação colaborativa dos órgãos existentes, conforme está no artigo sete do PNE.

■ Papel da União

Considerado um dos maiores defensores da implantação do SNE no país, Saviani iniciou sua exposição, em 21/11, resgatando a importância dos sistemas nacionais para a erradicação do analfabetismo e a superação das desigualdades regionais na qualidade da



Arquivo RET-SUS

Cury: 'A Conae precisa pensar os sujeitos desse processo de cooperação'



educação. Segundo ele, a organização desses sistemas ocorreu a partir da segunda metade do século 19 nos países centrais da Europa, como Alemanha, Inglaterra e França e, a partir do século 20, nos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai. “Nós fomos adiando e já entramos no século 21 sem resolver esse problema”, disse.

Segundo o professor, o sistema nacional pode ser considerado o fiel da balança quando se analisa a disparidade atual, por exemplo, entre Brasil e Itália que, no século 19, exibiam indicadores semelhantes. Isso porque o país europeu, que tinha metade de sua população analfabeta, conseguiu universalizar a escola elementar e erradicar o analfabetismo após a criação do sistema, em 1911. Para ele, o exemplo italiano serve, ainda, para rebater os argumentos que se apoiam na preservação das especificidades locais para emperrar a criação do SNE, já que os italianos não deixaram de falar os dialetos, sendo beneficiados pelo aprendizado de uma língua comum.

Saviani acredita que a experiência ilustra a compatibilidade do sistema nacional com o regime federativo, ao contrário do tom do debate no Congresso Nacional, onde, segundo ele, o sistema sempre aparece como imposição do governo federal. A luta, portanto, defendeu o professor, deve ser pela construção de um “verdadeiro” SNE. Para isso, a adesão de estados, municípios e Distrito Federal não pode acontecer depois dele instituído, mas no processo de construção do sistema. Outro ponto de partida é o entendimento de que, mesmo tendo atribuições diferentes, todos os entes devem participar da administração do SNE, que precisa ser público. “As instituições privadas integrarão o sistema como par-

ticulares e, nesta condição, darão sua contribuição específica. Não cabe travesti-las de públicas, seja pela transferência de recursos, na forma de subsídios e isenções, seja pela transferência de poder, admitindo-as na gestão e operação”, orientou.

■ Críticas à abordagem

Ele fez algumas críticas ao modo como o SNE foi abordado na 2ª Conae, pois os sete eixos norteadores da conferência não teriam contribuído para o aprofundamento do assunto. “Sobre o SNE paira um desconhecimento mais ou menos generalizado. O que deveria nortear o debate da Conae é a busca de maior clareza sobre o significado daquilo que queremos, buscando avançar na compreensão da base de sua sustentação, organização e conteúdo”, destacou. A confusão, segundo o professor, começa no tema da conferência, que dá a entender que é o plano que sustenta o sistema, e não o contrário.

O pesquisador alertou para os riscos que envolvem a aprovação do SNE. Se, por um lado, o prazo pode ser ultrapassado, a exemplo do que aconteceu com o PNE, aprovado com dois anos de atraso, por outro, uma aprovação rápida, sem a devida discussão, mudaria pouco o quadro brasileiro. “Não cabe compreender o SNE como um guarda-chuva com a mera função de abrigar o sistema federal, os 26 sistemas estaduais, o Distrito Federal e, no limite, os 5,7 mil sistemas municipais de ensino. Se for aprovada uma proposta nesses termos, o SNE se reduzirá a uma mera formalidade”, concluiu.

O colóquio *Valorização dos profissionais da educação: desafios e perspectivas*, promovido na manhã do dia 21/11, fez coro à fala da presidenta da República, Dilma Roussef, que ressaltou, um dia antes, ser esse um desafio inadiável a ser enfrentado pelo seu governo (ver pág. 6). Mas quem são os profissionais da Educação? E quais são as questões fundamentais desse debate? Maria Izabel Azevedo Noronha, conselheira nacional de educação e presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), informou que o Brasil tem 1,8 milhão de professores que lecionam em escolas públicas, além de mais de um milhão de funcionários de escola. Desse total, 450 mil professores — ou seja, 1/4 — são temporários. No ensino médio, 30% são temporários e, em disciplinas como química e física, esses índices chegam a 40%. “O grande problema é a terceirização”, criticou. Ela defendeu o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) 09/2009, do qual é relatora, que aponta as diretrizes nacionais para os planos de carreira do magistério da educação pública. O documento recomenda que o percentual de professores temporários não ultrapasse a 10%, bem como a contratação dos profissionais se faça por concurso público.

Falar de valorização implica, segundo a palestrante, tratar antes de tudo dos salários desses profissionais. Izabel revelou que a média salarial relativa dos professores no Brasil é de 1,9 mil por mês, enquanto que no mundo é de 5,9 mil. “A Lei nº 11.738/2008 [que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica], o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], e outras iniciativas representam o início da valorização dos professores, mas os salários são, ainda, muito baixos”, observou. De acordo com Izabel, nove estados não aplicam o piso nacional do magistério que passou de R\$ 950,00, em 2009, para R\$ 1.024,67 (2010), R\$ 1.187,08 (2011), R\$ 1.451,00 (2012), R\$ 1.567,00 (2013) e R\$ 1.697,39 (2014), para jornada de 40 horas.

Péssimos salários

Na avaliação de 66% de três mil pessoas com mais de 16 anos entrevistadas em setembro de 2014, nas cinco regiões do país, o salário oferecido aos professores da rede pública é ruim ou péssimo

— apenas 8% disseram que é bom. Os dados são da pesquisa *A educação e os profissionais da educação*, encomendada ao Data Popular pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Apeoesp. O estudo, cujos dados foram divulgados na noite do dia 21 e antecipados por Izabel, identificou, também, que 49% disseram que a remuneração dos professores das escolas privadas é ótima ou boa.

Para a maioria (98%), mostrou a palestrante, os professores e funcionários precisam ter bons salários para que a escola seja de qualidade. Muitos entrevistados (85%) acreditam que os profissionais da educação deveriam ter um piso salarial nacional que valorize o salário. “A Conae precisa indicar que seja aplicada a meta 17 do PNE”, recomendou, revelando que, em São Paulo, uma campanha pela aplicação da meta, que trata da valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o fim do sexto ano de vigência do PNE, já foi lançada. “No estado, o salário em média dos profissionais da educação básica é de R\$ 2.422,58, enquanto o salário médio dos demais profissionais com nível superior completo é de R\$ 4.247,48. O aumento necessário, nesse caso, é de 75,33% para equiparação salarial, como determina a meta 17 do PNE”, esclareceu.

A valorização implica, também, assegurar aos profissionais da educação condições de trabalho e carreira justa e atrativa. Com base no mesmo estudo, Izabel revelou que 99% dos brasileiros pesquisados afirmaram que a educação é importante para o futuro do país, mas apenas 15% gostariam de tornar-se educador. Do total, 85% acreditam que esses profissionais não são valorizados como deveriam pelo governo e 76% disseram que os professores não são valorizados pela sociedade.

Segundo a presidente da Apeoesp, a valorização dos professores e funcionários é o fator mais importante, depois da segurança, para que a escola seja de qualidade. “É preciso aplicar a Lei nº 11.738/2008 no que se refere, também, à jornada de trabalho”, frisou, revelando que, segundo a CNTE, onze estados não aplicam a jornada do piso. Por fim, Izabel defendeu a aplicação efetiva dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e dos 75% dos royalties do pré-sal na Educação, além da garantia de novas fontes permanentes de recursos, de que trata a meta 20 do PNE.

O colóquio *Políticas de expansão da educação profissional, técnica e tecnológica, participação e desenvolvimento nacional* e a mesa de interesse *As políticas de educação profissional e tecnológica articuladas à Educação de Jovens e Adultos e políticas de inclusão* colocaram em foco a meta 11 do PNE, que trata de triplicar as matrículas da educação profissional técnica em nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público. Polêmicas em torno dos efeitos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para o desenvolvimento nacional deram o tom da primeira mesa de debate, que se caracterizou, também, pela acentuada — e sonora — presença de delegados do setor privado na plateia.

Realizada na tarde do terceiro dia da Conae 2014, em 21 de novembro, o primeiro debate — que integrou o eixo temático *Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente* —, trouxe como debatedores Antonio Almerico, superintendente de Educação Profissional da Secretaria de Educação da Bahia, Luiz Augusto Caldas, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), e Domingos Leite, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Almerico observou que, depois de ocupar por muito tempo o posto de “patinho feio”, a educação profissional passou a ter destaque. Contudo, o interesse crescente embutiria uma falsa unanimidade, de que “ninguém mais é contrário ao campo, nem o empresário, nem o trabalhador, nem os governantes”. A disputa de significados em torno da área, segundo ele, vai muito além do financiamento e diz respeito a concepções de sociedade. “Quando vamos discutir a fundo o que é educação profissional — para quem, com qual objetivo —, aparecem os conflitos”, disse.

O mesmo avaliou Caldas, para quem, desde a criação das primeiras escolas de aprendizes artífices no governo Nilo Peçanha (1906-1909), passando por Juscelino Kubitschek (1956-1961), que vinculou seu plano de metas à qualificação profissional, a dimensão econômica se constituiu como base do consenso em torno da importância da educação profissional para o desenvolvimento

do país. “Ao longo desse tempo, há uma disputa nítida entre a defesa mais humanista de uma educação profissional que emancipe e forme as pessoas e aquela que se pauta unicamente pelo mercado”, frisou. O pêndulo incidiria, também, sobre os sentidos da expansão, ora inclinada para o fortalecimento da rede pública, ora dando centralidade à rede privada que, no país, tem forte representação empresarial. O presidente do Conif argumentou que, desde a redemocratização, programas voltados à expansão da educação profissional se sucederam sem que, contudo, o país tenha traçado estratégias a longo prazo.

Os palestrantes frisaram que a atual expansão da educação profissional deve ser analisada a partir de dois marcos históricos: um primeiro ciclo que começa na segunda metade da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcado, segundo os debatedores, por um recuo do papel das redes públicas e mesmo da concepção pública da educação profissional técnica; e uma segunda fase, cuja estagnação tem seu ápice em 1997, com a promulgação do Decreto nº 2.208, que impediu a Rede Federal de crescer, impondo a redução de 50% da oferta de cursos técnicos integrados ao nível médio. Para Domingos Leite, as 120 mil matrículas daquele ano foram minguando, até atingirem 75 mil em 2004.

Ele observou que, na direção contrária, as parcerias público-privadas foram estimuladas, uma vez que o financiamento da área provinha do Banco Mundial e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o FAT era a fonte de recursos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), lançado em 1995, como foco na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). “Se formos analisar, os recursos do Fundo tiveram uma escala semelhante ao Pronatec, com o desembolso de alguns bilhões por ano. O programa começou oferecendo cursos de 140 horas e terminou com 80 horas, em média. Foi daí que surgiu a expressão cursos ‘Walita’, que mexiam e não resolviam o problema”, afirmou Almerico, que ocupou a direção de Qualificação do MTE entre 2003 e 2007. Segundo ele, outra marca do período foi a desarticulação entre o Trabalho e Emprego e o MEC.

Retomada do público

Todos foram unânimes em identificar uma inflexão no período entre 2003 e 2010. De um lado, houve uma tentativa de articulação interministerial, já que o MTE deixou de financiar cursos FIC e, de outro, o governo federal fechou, em 2008, um acordo histórico com o Sistema S, que previu um aumento de 66,6% da oferta de cursos gratuitos até 2014. “Mas a grande novidade é a recuperação do protagonismo da Rede Federal e o início do financiamento das redes estaduais”, identificou Almerico, se referindo ao Decreto nº 5.154/2004 e ao programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007. O primeiro, lembrou, revogou a proibição de expansão da oferta integrada ao nível médio e foi o ponto de partida para a maior expansão da história da Rede Federal, com a criação de 214 novas escolas no governo Lula. Já o Brasil Profissionalizado passou a financiar a construção, a ampliação e a reforma de escolas estaduais, incluindo a implantação de laboratórios e bibliotecas, assim como a formação de professores e profissionais técnico-administrativos. Em 2007, a soma das matrículas em cursos técnicos nas redes públicas ultrapassou, de forma inédita, a oferta do setor privado, segundo apontou o Censo daquele ano realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A ênfase na elevação da escolaridade foi apontada pela mesa como um dos grandes avanços do período. “Apesar das críticas que podem ser feitas, devemos isso ao Decreto nº 5.154, que completou dez anos. Já é hora de fazer uma reflexão sobre seu significado e impacto na educação profissional, assim como do Decreto do Proeja [Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de 2006] nas redes públicas. Nesse período, temos um sucesso relativo no sentido de caminhar para uma estratégia de Estado”, observou Almerico.

Desafios do Pronatec 2.0

Os efeitos do Pronatec no cenário da educação profissional técnica nas redes públicas foram analisados por todos os debatedores. “A primeira questão problemática é a desvinculação da elevação da escolaridade. É uma discussão de fundo, pois sabemos que não basta fazer qualificação. Não só no sentido da emancipação, mas mesmo



Nilva destaca a posição do MEC em relação à modalidade FIC

para conseguir espaço no mercado de trabalho, já que o empresariado quer pessoas com a educação básica completa”, destacou Almerico, cuja crítica diz respeito à ênfase do programa na oferta de FIC.

Na avaliação de Caldas, que atuou como diretor de Políticas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) no governo Lula (2003-2010), observou-se, no Pronatec, um distanciamento da receita que casava a expansão ao reestabelecimento de uma concepção pública e integral da educação profissional. “A tentativa de se fazer um movimento forte na direção da qualificação da juventude e do trabalhador brasileiro é uma política importante, assim como a busca pela diminuição da dispersão do ponto de vista dos atores e responsáveis pela formulação e desenvolvimento. No entanto, preciso dizer que me preocupa o financiamento e, mais ainda, o aprofundamento e afirmação de uma concepção pobre de educação profissional”, ressaltou. De acordo com o atual presidente do Conif, o Pronatec está muito vinculado à Bolsa-Formação que, por sua vez, se direcionou mais fortemente, até o momento, para a oferta de cursos FIC em instituições particulares. Ele analisa que os cursos de 160 horas aparecem sob a alegação de um “apagão de mão de obra” e, sob essa justificativa, a política federal incorporaria um caráter emergencial. Para Caldas, é urgente a avaliação coletiva e pública do Pronatec 2, como foi chamado a continuação do programa nesse segundo mandato da presidenta Dilma. “No debate do futuro, não há lugar para qualquer coisa que não pense o modelo de sociedade e desenvolvimento que queremos. Se não eliminarmos a ideia de que educação profissional se faz a partir de conjunturas e de curto prazo, seremos eternamente subdesenvolvidos”, defendeu.

Os debatedores propuseram se repensar a transferência de recursos públicos para empresas da Educação. Para Domingos, o empresariado já entendeu que a educação profissional é um “nicho de mercado emergente” e “vem se organizando para abocanhar maiores fatias dele”. Como exemplo, citou um seminário realizado em novembro de 2013, sob o sugestivo título *Como montar sua escola técnica ingressando nos programas Vence SP e Pronatec*, no qual se elencaram as “vantagens” da educação profissional: a otimização dos custos fixos; o crescimento do fluxo de caixa; a baixa inadimplência; e o fortalecimento da “marca”. Um segundo exemplo disso seria a maior empresa educacional do mundo,

a brasileira Kroton. Domingos chamou atenção para o fato de que as verbas do Pronatec foram apontadas pela administração do grupo como um dos fatores que garantiram o lucro líquido de R\$ 213 milhões, aferido entre julho e setembro de 2014. Segundo ele, basta visitar os sites dessas empresas para verificar o marketing que existe em torno dos cursos FIC. Segundo o pesquisador, a regra é vender a falsa ideia de que a qualificação de 160 horas muda a vida dos indivíduos, assegurando seu futuro profissional.

■ Potencial de elevação

Promovida no quarto dia (22/11), após as plenárias de eixo, a mesa de interesse, que contou com a participação da atual diretora de Políticas da Setec, Nilva Schroeder — presente no debate do dia anterior —, buscou esclarecer a posição do MEC em relação ao potencial de elevação de escolaridade dos cursos FIC. Segundo Nilva, o órgão faz dois esforços “pragmáticos” nesse sentido: o primeiro diz respeito à elaboração do Guia Pronatec para cursos nessa modalidade, por itinerários formativos, induzindo as instituições a pensarem no alinhamento de diversos cursos de 160 horas rumo à certificação técnica de nível médio; e o segundo refere-se à elaboração de um documento de referências nacionais para os cursos FIC, que tratará de forma mais conceitual e metodológica a questão dos itinerários formativos, com foco nas instituições parceiras do Pronatec. “Em um primeiro momento, os cursos FIC podem parecer condenáveis, mas a verdade é que eles possibilitam o desenho de diferentes itinerários formativos que podem organizar trajetórias de formação dos sujeitos com um ponto de partida não linear”, disse. Ela deu como exemplo um catador de lixo que pode começar fazendo um curso de operador de usina de compostagem e, sucessivamente, realizar outros, até se formar técnico em meio ambiente. Quanto ao segundo esforço, uma versão piloto das referências está em teste nos Institutos Federais de Goiás e de Goiânia, antecipou Nilva.

Ela ressaltou, ainda, que a elevação da escolaridade é parte integrante do compromisso com o direito à educação profissional e há vários caminhos possíveis para que isso se concretize, como a articulação entre redes que fazem EJA e aquelas que ofertam cursos técnicos de nível médio. “Pode ser feito um convênio entre instituições, tendo por base um projeto pedagógico unificado, como prevê a LDB”, concluiu. ■

Encontro da RET-SUS tem as metodologias de aprendizagem, as tecnologias educacionais e as diretrizes do Técnico em Enfermagem como temas focais.

Novos horizontes para a Rede

capa

Ana Paula Evangelista, Maira Mathias, Flávia Lima e Katia Machado

As metodologias de aprendizagem, as novas tecnologias educacionais na formação técnica e as diretrizes curriculares do curso Técnico em Enfermagem estiveram no centro do debate do Seminário Nacional da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), promovido em Belém, de 28 a 31 de outubro, pela Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS). O evento ocorreu concomitantemente ao 66º Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), reunindo diretores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos das 40 instituições que integram a Rede. Além de mesas de debate, o encontro trouxe a 1ª Mostra Nacional de Saberes da Educação Profissional em Saúde das ETSUS, com a participação de alunos e docentes, e dedicou espaço especial ao lançamento do novo site da Rede (ver box pág. 21).

Na mesa de abertura, Aldiney Doreto, coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde e da RET-SUS, reforçou a importância da discussão do ideário, metas e objetivos das escolas, agradecendo, também, a Associação Brasileira de Enfermagem (Aben) pela colaboração na realização do seminário. A mesa foi composta por Felipe de Oliveira Cavalcanti, diretor substituto do Deges, Rosa Godoy, representando a Aben, Anna Lúcia de Abreu, diretora da ETSUS Acre e representante da região Norte na Rede, e Hêider Aurélio Pinto, secretário da Sgtes, que falou sobre o protagonismo dos profissionais técnicos na execução dos protocolos de atuação, principalmente nas Redes de Atenção à Saúde, e a importância da participação do Ministério da Saúde nesse processo. “Devemos fomentar as discussões entres gestores, trabalhadores e usuários”, resumiu.

Ponto de partida

A conferência de abertura do seminário, sob o tema *As metodologias ativas e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Saúde: significado, alternativas válidas, qualidade e responsabilidade*, conduzida pela professora Neusi Aparecida Navas Berbel, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, buscou auxiliar as coordenações pedagógicas das escolas a entenderem os processos de aplicação das metodologias ativas adotadas na formação, principalmente as relacionadas à problematização, como o Arco de Magueréz.

Elaborado na década de 1970 e tornado público por Bordenave e Pereira a partir de 1977, a metodologia é aplicada como um caminho de educação problematizadora, inspirada no educador e filósofo Paulo Freire (1921-1997). Segundo Berbel, o Arco de Magueréz desenvolve-se por meio de cinco etapas: observação da realidade (formulação do problema); definição dos pontos-chave; teorização; hipóteses de solução; e aplicação à realidade (prática). Entre todas as etapas, observou, a primeira é a mais desafiante, talvez pela insegurança em identificar quando se está diante de um problema ou se o mesmo é relevante ou não. “Desde o início da nossa escolaridade, quando começamos a aprender Matemática, História ou Ciências Biológicas, nos acostumamos a responder aos problemas formulados e trazidos pelos professores. Formular problemas não faz parte da nossa tradição de estudantes”, ilustrou. O tema fez parte, também, de uma oficina de dois dias, com o objetivo de entender as dificuldades específicas de cada escola da Rede.

O Seminário da RET-SUS se destacou pelo ineditismo da 1ª Mostra de Saberes da Educação Profissional em Saúde. A atividade científica trouxe 22 trabalhos (disponíveis no novo site da RET-SUS, em www.retsus.com.br), produzidos por professores e alunos das ETSUS, e apresentados em televisões touch screen, distribuídas no pavilhão do Hangar Centro de Convenções de Belém.

Tutora da Escola Técnica do SUS do Pará, em Belém, a enfermeira Elane Silva Costa apresentou o trabalho *Oficina de fantoches como capacitação de agentes comunitários de saúde*. O material foi elaborado em conjunto com 37 agentes comunitários de saúde de Santa Maria do Pará e teve como metodologia o relato de experiências vivenciado pelos profissionais no município, pautada na proposta de problematização de Paulo Freire. "A ideia surgiu da coordenação da escola e da tutoria do curso", revelou Elane, contando, ainda, o quanto foi gratificante mostrar a experiência a vários profissionais da Saúde.

Trajetória da atuação da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso na formação profissional indígena com a metodologia da problematização: relato de experiência, deu título ao trabalho de Cláudia Maria Guimarães Lopes de Castro, Maria das Graças Oliveira de Figueiredo e Viviane Fagundes Francischini. Segundo Maria das Graças, trata-se de estudo descritivo na modalidade relato de experiência, cujos cenários foram os cursos ofertados pela escola em parceria com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas de Mato Grosso. O curso, revelou, contou com 20 alunos e foi organizado em seis módulos. "A ideia do projeto surgiu da necessidade de divulgar a experiência da utilização da metodologia da problematização nos cursos de qualificação para indígenas", contou.

Técnico em Vigilância em Saúde: uma porta para a intersectorialidade, de Josimar Sousa Maciel, Glayson Melo, Itamar Mendes, Aliene Gonçalves, Sérgio Euclides e Onilson Ferreira, da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), trouxe a experiência de uma apresentação teatral promovida na 2ª Mostra de Saberes da escola, realizada em outubro de 2013, sobre os diversos campos de atuação do técnico em vigilância em saúde. Segundo Maciel, a peça teatral foi composta por cenas que abordaram problemas do cotidiano em organizações que desenvolvem ações de políticas públicas voltadas para a saúde da população. A ideia, de acordo com um dos autores, surgiu durante as aulas do curso técnico. "O projeto foi apresentado a gestores, profissionais e organização civil", revelou.

■ Em suma

Reconhecendo o território do IAPC do Irajá: relato da experiência de elaboração diagnóstico situacional no Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, dos alunos Angélica Machado, João Roberto Rangel, Maria Regina Palmeira, Michelle Cristina Martins e Rita Pereira de Oliveira, orientado pelo professor Ivo Aurélio Lima Júnior, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), trata da análise de uma microárea situada zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que faz parte da área de cobertura do Centro Municipal de Saúde Edma Valadão. A realização do diagnóstico situacional se dividiu em quatro etapas: planejamento; trabalho de campo; análise e reflexão; e elaboração de uma apresentação oral e um pequeno documentário.

Rede Jovem na Praça: prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, dos alunos Jessé Dantas Leite, Maria Ângela Hernandez, Miriam Fernanda Letkaske, Rita Martins Vidal e Sandra Vieira Lima, sob orientação do professor Luca Santoro Gomes, da Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS-SP), é resultado do curso de qualificação profissional em Saúde Mental para agentes comunitários de saúde, com enfoque na perspectiva do protagonismo do cuidado comunitário e da Política de Redução de Danos.

O perfil do docente, sua percepção, entendimento e compromisso com projeto educativo da ETSUS, de Isabel Cristina Gorla, Larissa Cristiane da Silva, Maria Helena Colombo Pecin, Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi e Marisa de Fátima Cardozo Albino, do Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Araraquara, é resultado da primeira etapa formativa do Curso de Formação Inicial de Agente Comunitário de Saúde. O trabalho traz o perfil dos docentes da primeira fase de execução, composta por 27 docentes de 13 turmas do curso técnico, representando, aproximadamente, 80% do universo de 34 coordenadores e docentes das 17 turmas executadas.

Educação em saúde: saneamento básico na comunidade do Braço Joaquim, de Tulio Márcio Silva Filho, Luzia Gorges Valdrich e Nanci Aparecida Silva, da ETSUS Blumenau, buscou vivenciar, enquanto alunos do curso Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, a realidade da comunidade Braço Joaquim, procurando desenvolver a redução do índice de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de saneamento básico, bem como conhecer o perfil epidemiológico e sanitário da região e sensibilizar e orientar famílias e indivíduos quanto aos fatores de risco.



Maciel, da ESP-CE, apresenta seu trabalho a dezenas de profissionais da Educação Profissional em Saúde.

Acervo RET-SUS

Elaboração de um manual para orientação de docentes no acompanhamento e avaliação de discentes de uma escola técnica de saúde do SUS, da bibliotecária Wusula Francisca de Sousa Pitarelli e da professora e cirurgiã-dentista Simone Dutra Lucas, do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás, trata-se de um projeto de intervenção a ser executado na escola que prevê a realização de oficinas para a construção coletiva de um manual para os docentes.

Estresse em recém-nascidos na UTI Neonatal: papel da equipe de enfermagem acerca dos fatores desencadeantes, de Edina Silva Costa, Sônia Samara Fonseca de Moraes, Jacirene Gonçalves Lima Franco, Vera Lúcia de Almeida, Cyntia Monteiro Vasconcelos Motta e Francisco José Maia Pinto, da Escola de Saúde Pública de Iguatu (CE), é um estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado de fevereiro a abril de 2012, por meio do qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 profissionais de enfermagem — cinco enfermeiros e dez técnicos em enfermagem — que atuavam na UTI Neonatal do Hospital e Maternidade São Lucas, na cidade de Juazeiro do Norte (CE).

ArteSUS: articulando ensino e arte, de Marcia Teza Campos Marques, Eremita Val Rafael, Dayana Dou-

rado de Oliveira Costa, Luana Karonine Cordeiro Castro Tavares, Maria Cordélia Lobato de Jesus e Patrícia de Sousa Veras, da Escola Técnica do SUS do Maranhão, fez uso da metodologia da problematização como instrumento que auxilia o processo de ensino e aprendizagem. Inicialmente realizou-se sessão piloto com os técnicos da escola, onde foram apresentados um título e um roteiro para discussão. Ao fim da atividade, foram realizados trabalhos em grupo, incluindo a produção de mural, folder e peças teatrais e apresentação de vídeos, fotografias e musicais sobre o tema.

Plano estratégico situacional: acúmulo de lixo na comunidade Alto do Moreno, bairro Santa Isabel, na cidade de Parnaíba (PI), dos alunos Ana Cristina Galeno, Francisco das Chagas Linhares, Leonice Souza, Maria Aparecida Mendes, Maria Claudia Sousa e Maria da Graça dos Santos, sob a orientação da professora Fernanda Muálem de Moraes Mendes, da ETSUS PIAUÍ, resultou da percepção dos discentes do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde de (ACS), em rodas de conversas e discussões em sala de aula, que o principal problema ambiental de saúde da comunidade do Alto do Moreno era o acúmulo de lixo dentro das residências e nas ruas.

O uso da simulação realística no curso Técnico em Hemoterapia como uma estratégia para aproximação do campo de estágio, de Rosiane Mello Zibetti, Loriley Keila Rocha Gomes, Magali Zimmermann Covo e Arlete Spoladore Pistelli, da Escola de Saúde Pública do Paraná, teve como objetivo relatar a experiência da aproximação do campo de estágio de estudantes do curso de hemoterapia por meio da Simulação Realística de Alta Fidelidade. Trata-se de um trabalho de abordagem descritiva acerca de um relato de experiência.

A formação de auxiliares de saúde bucal no município de Pirai (RJ), dos cirurgiões-dentistas Marlúcia Maia e Rosângela Werneck e da supervisora técnica pedagógica Sandra Inês Marques Furtado, da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos, tem como objetivo a qualificação de profissionais para atuação no SUS, por meio de aulas teóricas e práticas, revelando a vivência prática do dia a dia de uma unidade de saúde.

O curso de Especialização de Nível Técnico em Enfermagem em Urgência e Emergência: experiência da ETSUS Pariquera-Açu (SP), de Deise Aparecida Carminatte, Ruth Gouvêa e Vanessa de Lima Saraiva, trata da trajetória da primeira escola a desenvolver o curso. A experiência conta como os simulados permitiram a correção de ações no atendimento de emergência.

Assistência e prevenção em saúde bucal realizada pela unidade móvel odontológica para crianças portadoras de necessidades especiais em Campo Grande (MS), de Selma Leandro Dias e Inara Pereira da Cunha, da Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão, aborda o relato de experiência realizado como trabalho de conclusão do curso de Especialização Técnica em Atenção Primária em Saúde da escola, entre julho e agosto de 2014.

Implicações no processo de descentralização da educação profissional: a experiência de Pernambuco na formação dos técnicos em análises clínicas, de Mario Correia, da Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco, fez uso dos planos de cursos técnicos aprovados pela Secretaria Estadual de Educação. A implementação de turmas ocorreu a partir de um longo processo de articulação que envolveu Cies, CIR, gestores e trabalhadores dos serviços e instituições parceiras.

Avaliação diagnóstica da qualidade do serviço em unidades de saúde pública no estado de Rondônia, de Lisséia Cristiane Souza do Vale, Angelita de Almeida Rosa Mendes e Joelma Rosária da Silva, aborda a avaliação de 12 setores de seis unidades de saúde, com 68 profissionais capacitados no estado, que concluíram o processo a partir de julho de 2014. A metodologia utilizada foi a divisão da turma em

grupos, para a observação dos serviços e entrevistas com profissionais e usuários, a partir de um roteiro previamente desenvolvido pelos docentes e a coordenação do curso.

Aplicação de metodologias de avaliação da formação técnica na área da saúde, de Karina Oliveira de Mesquita, Maria José Galdino Saraiva, José Reginaldo Feijão Parente, Renata Maria Almeida Sales e Maria Socorro de Araújo Dias, da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, relata a experiência da aplicação do software Survey Monkey como um método de avaliação do curso Técnico em Vigilância em Saúde.

Currículo básico da educação em saúde na ETSUS Unimontes: uma proposta de integração curricular, de Simária de Jesus Soares, trata da eleição de disciplinas comuns aos cursos técnicos oferecidos pela escola, observada a existência de uma relação coerente e integrada entre os cursos da área da Saúde e no qual se estabelece uma proposta de integração da sua matriz curricular, face à fragmentação ou sobreposição de ofertas das disciplinas nos cursos técnicos em Citopatologia, Gerência em Saúde, Enfermagem, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde.

Formação Técnica de Nível Médio em Enfermagem para pessoas de comunidade com vulnerabilidade social: relato de experiência, de Lorena Macedo Oliveira, Renata Silva dos Santos Anjos, Ivone Ribeiro Torres, Silvana Lima Vieira, Giselle Alves da Silva Teixeira, da Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis, mostra o estudo qualitativo da experiência de discentes do curso Técnico em Enfermagem, por meio do Programa Pacto pela Vida, na região do Nordeste de Amaralina, em Salvador (BA).

Feira de Educação em Saúde do Centro de Formação de Pessoal para os serviços de Saúde do Ceforpe-RN: uma alternativa na construção da promoção da saúde, de Flávia Andréa de Medeiros, Ana Larissa de Holand, Lêda Maria de Hansen e Adriana Maia, mostra a feira como uma experiência que possibilitou a troca de experiências e saberes, proporcionando uma interação entre escola e comunidade e motivando seus atores sobre a necessidade dessa prática na busca pela transformação da realidade, da melhoria da qualidade de vida da população e da construção da cidadania.

Relato de experiência: desconforto respiratório no recém-nascido, trabalho produzido por Vera Lúcia Valetin de Souza e Edna Auxiliadora Matos da Silva, do Centro Formador de Pessoal para Saúde São Paulo (Cefor-SP), aborda a experiência em um alojamento conjunto de uma maternidade pública, com revisão literária em bases de dados e publicações do MS..

A mesa *Tecnologias Educacionais na Formação Profissional Técnica*, mediada por Laura Santucci, diretora da Escola Municipal de Saúde de São Paulo, contou com as contribuições de Janete Castro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que atualmente coordena os cursos em Educação a Distância (EaD) de Aperfeiçoamento e Especialização em Políticas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realizados por meio da parceria entre o Ministério da Saúde e a Universidade. Segundo ela, a educação a distância é, ainda, um tema novo nos serviços de saúde. Porém, o desconhecimento não pode dar espaço à falsa oposição entre a modalidade e o ensino presencial. “Falar em EaD é falar em educação, com as mesmas exigências dos processos educacionais presenciais”, disse. Para ela, as modalidades atuam complementarmente, principalmente no setor Saúde.

A professora indicou que o planejamento de um processo educacional a distância é o mesmo de um curso presencial e deve partir de algumas perguntas: a quem se destina?; qual é a concepção pedagógica?; e quais conteúdos devem ser ministrados?. A diferença, explicou, é que as perguntas, na EaD, nortearão o diálogo com a área da Tecnologia da Informação, responsável pela construção da plataforma virtual de aprendizagem. Para Janete, outro pré-requisito da modalidade é o estímulo à autonomia do aluno no processo de aprendizagem. “Nesse sentido, é importante que o tutor atue de maneira articulada à plataforma como mediador”, recomendou. O maior desafio, porém, acrescentou, continua sendo criar mecanismos para superar o “olho no olho” do ensino presencial. “Mas, vantagens como estudar em casa e fazer o próprio horário compensariam”, ressaltou.

EaD na Rede

O coordenador de Áreas Técnicas do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Felipe Cavalcanti, discorreu sobre as perspectivas do Ministério da Saúde na construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVA-SUS) — capa da edição nº 68 da Revista RET-SUS (setembro e outubro de 2014) —, esclarecendo que o momento é de pausa para o diálogo com o Ministério da Educação, evitando, com isso, a repetição ou sobreposição de ações. Ele revelou que o Ministério da Saúde pretende criar espaços de diálogo — virtuais e presenciais — para que os requisitos do novo ambiente sejam discutidos, também, com a própria Rede.

Cavalcanti atentou para a necessidade de se fortalecer a discussão metodológica para que a migração da dinâmica da sala de aula para o ambiente virtual, por onde a EaD caminha hoje em dia, seja potencializada pelos recursos de interação da rede. Outra tarefa premente, segundo ele, seria romper a lógica tradicional da oferta de cursos, dando lugar à autonomia do estudante-trabalhador na construção de itinerários de formação vinculados às necessidades do trabalho. “Isso se articula à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde [Pneps], que propõe pensar as necessidades de formação a partir de um olhar para o cotidiano do trabalho, com vistas à integralidade do cuidado”, orientou.

■ MOOCs

Coube a Luis Otoni, chefe do Departamento de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), falar sobre a tendência da adoção das plataformas de cursos online abertos e massivos, conhecidas como MOOCs (sigla em inglês de *Massive Open Online Course*). “Os MOOCs propõem uma forma mais inteligente e leve de organizar uma sequência de vídeos a serem assistidos. Combinam, ainda, outros elementos interativos, como testes e simulações, além de fóruns de discussão nos quais é possível gerenciar e controlar os inscritos”, explicou. Segundo Otoni, a ideia surgiu com a plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, sendo adotados em diversas universidades estadunidenses como Harvard, por meio da plataforma EdX, e Princeton, com a plataforma Coursera. No Brasil, os MOOCs chegaram por meio da Universidade de São Paulo (USP), que criou a plataforma Veduca. Contudo, por serem plataformas fechadas, não foi permitido fazer modificações — as chamadas customizações —, tampouco hospedá-las livremente.

Por conseguinte, as limitações impulsionaram a criação de um grupo de pesquisa no Instituto TIM, ligado à empresa de telecomunicações TIM. “Nosso objetivo era criar um produto educacional com código aberto que pudesse ser gerenciado integralmente pelas instituições de ensino”, lembrou Otoni, que participou do grupo e, atualmente, integra o conselho consultivo do TIM Tec, braço do instituto voltado para o Pronatec. Ele revelou que, dessa iniciativa, surgiu a parceria do Instituto TIM com alguns institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como o IFSul, que criou um site para cursos MOOC a partir da plataforma. “Todos os cursos têm um vídeo introdutório que despertam o interesse do aluno. Além disso, os vídeos assistidos naquele curso ficam

destacados em uma linha do tempo cronológica”, citou, ponderando que a tecnologia não deve entendida como substitutiva do Moodle — software livre, de apoio à aprendizagem —, e, sim, complementar.

Pronatec

O coordenador de Fortalecimento dos Sistemas Públicos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Carlos Arthur Âreas, refletiu sobre as identidades da educação profissional, do ensino técnico de nível médio e da EaD. Ele rebateu a ideia de que o país precisa de uma política específica para a EaD, defendendo uma política de educação profissional que perpassa os setores público e privado e os ensinamentos presencial e a distância. Segundo Âreas, em 2007, o país tinha pouco mais de 780 mil matrículas no ensino técnico e, em 2013, esse número ultrapassou 1,3 milhão, lembrando, ainda, a meta do Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em junho deste ano (Lei nº 13.005), que prevê triplicar as matrículas da educação profissional até 2024, por

meio da articulação interfederativa. “Isso é falar em um país de 4,5 milhões de técnicos. Não se chega a esse número sem as redes públicas estaduais e sem a participação mais efetiva da EaD”, ressaltou.

Diante desse desafio, citou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Composto por cinco ações distintas, o Pronatec prevê a construção, a ampliação e a reforma da estrutura física das escolas e a qualificação do corpo docente e técnico-administrativo das redes estaduais (Brasil Profissionalizado), bem como o custeio da oferta da educação profissional na modalidade a distância, por meio da Rede e-Tec, possibilitando a contratação de professores, a compra de móveis e equipamentos para laboratórios, a contratação de links de internet, a transmissão via satélite etc.

Fazem parte, também, do programa o acordo de gratuidade com o Sistema S, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a bolsa-formação, voltada para o custeio de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada (FIC), podendo ser empregada em instituições públicas. “Hoje, temos

Janete alerta para que o desconhecimento não dê lugar à falsa oposição entre EaD e ensino presencial.

SUS+ Ministério da Saúde



3,7 milhões de matrículas nos cursos FIC em mais de quatro mil municípios e a grande novidade é a pactuação. Ministérios e estados são demandantes, definindo onde essas vagas devem ser ofertadas e em quais cursos”, revelou.

O coordenador anunciou, ainda, o chamado Pronatec 2. A continuação do programa, que atingiu a meta de oito milhões de matrículas em setembro de 2014, prevê a criação de itinerários formativos para cada eixo tecnológico. “Quem fez um curso FIC de 200 horas pode fazer outros complementares, para ter acesso à habilitação técnica”, explicou. As novidades dessa etapa ficam por conta, ainda, da criação do portal Mais Emprego, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conduzindo o estudante do Pronatec diretamente às vagas abertas na sua área de formação, e do credenciamento de instituições que serão referências na EaD. De acordo com Áreas, haverá, também, mudanças nos processos de pactuação, visando à integração entre os programas desenvolvidos por ministérios e estados e as demandas de cursos e vagas.

■ **Articulação, palavra-chave**

A mesa de debate que tratou da articulação do Pronatec com as escolas da Rede, mediada por Claudia Lange, diretora da ETSUS Blumenau, contou com a participação de Geraldo Reis, diretor da Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes), Ondina Canuto, diretora de Educação Profissional em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP-CE), e Anna Lúcia Abreu, diretora da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre).

Responsável por 377 municípios, a ETSUS Unimontes conta a Rede e-Tec, cujo foco é a oferta de educação profissional a distância, reunindo escolas públicas das redes municipal, estadual e federal, o Brasil Profissionalizado, que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de repasse de recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas, e a bolsa-formação, em apoio à oferta gratuita de cursos técnicos para quem concluiu ou está matriculado no ensino médio, bem como de cursos FIC ou de qualificação profissional.

Face às características socioeconômicas da região, que apresenta baixa oferta de educação técnica pública, a instituição recebeu solicitação estadual para desenvolver cursos técnicos em outras áreas, além da saúde. De acordo com Reis, o convênio celebrado com o MEC, no âmbito da Rede e-Tec, contemplou as formações técnicas em Agronegócio, Comércio e Informática, além de Gerência em Saúde, Vigilância

em Saúde e Meio Ambiente. Ele explicou que, por integrar a universidade, a ETSUS teve acesso aos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio dos quais a instituição ofertou cursos de graduação e pós-graduação a distância. Além deles, outros três polos foram credenciados pelo MEC para os cursos e-Tec: Almenara, Porterinha e Santo Antônio do Jacinto.

Em relação ao Brasil Profissionalizado, a parceria da Unimontes com o MEC previu a construção de 13 escolas de educação profissional nos municípios de Bocaiuva, Brasília de Minas, Espinosa, Grão Mogol, Joãoima, Janaúba, Manga, Monte Azul, Pompéu, Taiobeiras, Lagoa Santa, Ibirité e Unaí. Em setembro de 2013, a ETSUS obteve, também, autorização do órgão para o pagamento da bolsa-formação. “Mas, o procedimento não pode ser realizado, pois não havia a rubrica ‘bolsa’ em Minas”, lamentou, informando que uma lei foi regulamentada no estado nesse sentido, condicionando, porém, o pagamento de bolsa às políticas de combate à discriminação racial e étnica. Por sinal, o pagamento de bolsa é, ainda, um grande impasse no estado. Reis comentou que, devido a restrições em Minas, o valor pago pela escola chega a ser quatro vezes menor do que a bolsa paga por um instituto federal. Além disso, há dificuldades em se pagar servidores públicos. A oferta da modalidade a distância encontrou barreiras impostas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Segundo o diretor, apesar de o CEE decidir que cursos em escolas estaduais não prescindem de autorização, como a ETSUS Unimontes não está vinculada à Secretaria Estadual de Educação — e, sim, à de Ciência e Tecnologia —, o órgão a trata da mesma forma que estabelecimentos privados. “Essas instituições só podem pedir autorização para três cursos. Sendo assim, a escola teve que reduzir pela metade os cursos pactuados com o MEC”, lastimou.

■ **RH para o SUS**

Na observação de Reis, o Pronatec é uma oportunidade de a RET-SUS ser protagonista da interlocução com o MEC. Isso porque, além do histórico de atuação na educação dos trabalhadores da saúde, a Rede está em sintonia com as políticas de governo e em consonância com as diretrizes da formação de recursos humanos de nível médio para o SUS, ao contrário de muitas escolas particulares. Nesse sentido, ele defendeu que o Ministério da Saúde pactue com o MEC a inclusão dos trabalhadores do SUS como público-alvo do Pronatec, especialmente aqueles que atuam no interior do país.

No Acre, a adesão às diversas ações do Pronatec foi consequência da orientação da Política de Educação Profissional de Nível Médio do estado. Segundo Anna Lúcia, o que vale para a oferta do programa do MEC é a

articulação estadual. “Mesmo que o Ministério da Saúde se torne demandante do Pronatec no âmbito federal, é a articulação da ETSUS com os demais órgãos de estado que vai fazer a diferença”, afirmou. Desde agosto de 2012, quando o Pronatec foi pactuado no estado, as escolas do Instituto Dom Moacyr (IDM) da Secretaria Estadual de Educação, a quem a ETSUS Acre está vinculada, atenderam mais de 29 mil pessoas — somente, a escola técnica foi responsável por 2,58 mil.

Na ação correspondente à bolsa-formação, a demanda pela oferta de cursos técnicos na forma concomitante para alunos matriculados no ensino médio partiu da Secretaria Estadual de Educação. Já a oferta da formação técnica subsequente foi vinculada ao Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) do MEC — ou seja, as vagas foram destinadas a estudantes aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano anterior. Os cursos técnicos oferecidos pela ETSUS Acre no âmbito do Pronatec foram nas áreas de Enfermagem, Análises Clínicas, Órtese e Prótese, Imobilização Ortopédica, Radiologia, Hemoterapia, Citopatologia, Gerência em Saúde, Saúde Bucal e Nutrição e Dietética. Já as várias demandas de cursos FIC partiram das secretarias municipais de Assistência Social do estado. As escolas do IDM ofereceram, aproximadamente, 130 cursos nessa modalidade, sendo 15 deles na área da saúde. “Abrir vagas para a comunidade é algo que o Pronatec exige e que precisamos nos preparar”, destacou. A diretora citou como exemplo exitoso dessa ação a aprovação em concurso público de cinco estudantes da primeira turma do Técnico em Saúde Bucal pelo Pronatec. “São meninos de 18 anos, saindo do ensino médio com formação profissional”, comemorou.

Em relação às dificuldades, a diretora da ETSUS Acre mencionou que, diferente do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) da educação superior, que chega a realizar dezenas de chamadas até o preenchimento de todas as vagas disponíveis, o Sisutec só faz duas chamadas. Ela contou que, na primeira oferta pelo Sisutec, em 2013, a escola recebeu 500 inscrições para o curso Técnico em Enfermagem, com 90 vagas disponíveis. “Hoje, porém, temos apenas 35 estudantes em sala de aula”, disse.

A experiência da escola inclui, também, o Brasil Profissionalizado. O convênio, firmado em 2009, possibilitou a compra de um acervo de 1,5 mil livros para a biblioteca da escola e a ampliação da estrutura física, com a construção de dois blocos (em andamento): um para salas de aula; e outro para abrigar o auditório e a administração escolar. Anna Lúcia informou que a pactuação dependeu, mais uma vez, da esfera estadual, já que os recursos de capital do Brasil Profissionalizado são vinculados ao Plano de Ações Articuladas, elaborado pelas secretarias estaduais e municipais de Educação.

■ EaD no Ceará

Ondina falou sobre o crescimento da oferta de cursos técnicos e o ingresso da ESP-CE no Pronatec, por meio da Rede e-Tec. Segundo ela, em 2011, a escola ofertou três cursos — hoje, já são 11 formações técnicas nesse contexto. Os cursos, acrescentou, foram autorizados pelo Conselho de Educação do Ceará, por meio da Resolução nº 6/2012, prevendo 50% de carga horária presencial, bem como submetidos às instâncias de pactuação do SUS. “Ao manifestar interesse, o município precisava provar que tinha estrutura adequada para o polo, com conexão de internet, por exemplo”, explicou.

Para Ondina, uma questão capital para a escola quanto se trata dessa modalidade é a evasão. Dos 195 matriculados no Técnico em Enfermagem, 39% não concluíram o curso. Já a taxa de evasão do Técnico em Saúde Bucal foi de 40%, com 62 estudantes formados. A diretora revelou que a conciliação do curso com o trabalho foi a maior dificuldade apontada pelos alunos, uma vez que a formação se voltou para a comunidade e não, como tradicionalmente acontece, para os trabalhadores do SUS. “Muitos alunos trabalhavam no comércio e encontraram dificuldade de liberação no período de estágios, quando houve maior evasão”, contou, ressaltando que a escola pensa, agora, estratégias para reduzir o problema. Uma delas seria o acompanhamento dos egressos.

Mais interatividade e dinamismo

Durante o encontro, foi lançado o novo site da RET-SUS (www.retsus.fiocruz.br). O novo ambiente, mais interativo e dinâmico, permitindo o estreitamento dos elos da Rede e a troca de experiências, traz as notícias em torno das áreas de atuação das escolas, a citar Saúde, Educação e Trabalho, bem como os destaques de suas 40 instituições, a exemplo das formações em andamento e atividades pedagógicas.

O site está dividido em *Quem somos*, contando a história da Rede, *Escolas*, que traz informações específicas de cada instituição, por região brasileira, como endereço, contato e atividades formativas, *Cursos*, subdivididos em formação inicial, técnico, pós-técnico, pós-graduação e atualização, entre outros. Uma das principais novidades é a seção *Revista*, onde as matérias publicadas podem ser lidas separadamente, comentadas e compartilhadas, bem como estão disponíveis as revistas completas em PDF. Além das áreas de cadastro para recebimento da Revista e do boletim eletrônico da RETSUS, o novo site traz a seção *Publicações*, com livros, revistas, legislações, artigos, documentos, sites e materiais didáticos. Interligadas ao ambiente virtual, temos, também, as redes sociais twitter (@RET_SUS) e facebook (www.facebook.com/retsussaude), permitindo comentar, curtir e compartilhar os conteúdos disponíveis.

A mesa *Diretrizes e referências curriculares para formação profissional técnica em enfermagem*, coordenada por Aldiney Doreto, revelou que a discussão sobre as novas diretrizes curriculares para o curso Técnico em Enfermagem deve acontecer ao longo de 2015. Para tanto, uma proposta de carta-acordo entre Ministério da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) está em negociação, com vista a viabilizar a criação de um grupo de trabalho constituído, no mínimo, por dois representantes das ETSUS.

Segundo Doreto, as diretrizes precisam contemplar questões que, historicamente, foram esquecidas, como a diversidade regional e a saúde indígena. “A enfermagem quer um técnico, mas a sociedade brasileira e o SUS precisam de outro”, provocou. Ele defendeu a inclusão, nesse debate, de questões como o reconhecimento e a certificação das competências adquiridas em serviço, a formulação de especializações técnicas em áreas estratégicas para o sistema de saúde brasileiro e a formação docente. “Há, hoje, em torno de 17 universidades que oferecem licenciaturas em Enfermagem. Precisamos avaliar o quanto essas licenciaturas estão em sintonia com o SUS”, observou.

A debatedora Ena de Araújo Galvão, diretora da Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb), fez um balanço dos desafios que o tema traz para as ETSUS. “Nossa escola é do século 19, o professor, do século 20 e o aluno, do século 21. Pensar as diretrizes implica, antes, analisar o que está por trás da concepção de escola”, orientou. Em sua avaliação, é preciso desatar alguns nós, promovendo o desenvolvimento da autonomia do estudante, a integração do conhecimento, a formação para o SUS, a articulação da formação com o trabalho, a centralização da formação no aluno – e não apenas no conteúdo e no professor –, a avaliação do docente, a identificação das competências e a apropriação da tecnologia como ferramenta pedagógica. “O que eu observo é que se pega os referenciais curriculares do MEC [Ministério da Educação] e os colam sem análise crítica”, observou.

Para a consultora do Ministério da Saúde, professora Maria Auxiliadora Córdova Christofaro, são desafios a serem enfrentados por quem pensa a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde: ampliar os cursos e as matrículas na rede pública; ter o trabalho como diretriz e a pesquisa como princípio pedagógico; definir e

repensar algumas diretrizes curriculares; investir na produção de recursos didáticos para a especialização técnica; e definir, em parceria com o MEC, estratégias de formação de professores.

A observação da professora encontrou justificativa nos números de cursos técnicos oferecidos no país. Segundo Maria Auxiliadora, com base nos dados do MEC de 2011, são 7.946 cursos ofertados na rede pública, 8.077 na privada, 3.358 ofertados pelo Sistema S e 47, pela rede Militar. Somente na área de Saúde, a rede privada oferta 3.199 cursos técnicos, a rede pública, apenas 980, o Sistema S, 593 e a rede militar, um. “Precisamos colocar o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem [Profae] no lugar onde ele foi pensado, para resolver uma questão social”, recomendou, em alusão à política do Ministério da Saúde, lançado em 2000, cuja metas eram qualificar 180 mil auxiliares de enfermagem dos 225 mil trabalhadores cadastrados na época, formar 72 mil técnicos dos 90 mil auxiliares cadastrados e 12 mil enfermeiros para atuar como docentes dos cursos de educação profissional, além de fortalecer e modernizar as ETSUS.

Atenção ao SUS

Já que o tema da mesa foi a formação técnica na área da Enfermagem, coube a professora associada do Departamento de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Vânia Backes, apresentar o trabalho *Qualificação de profissionais de enfermagem e de agentes comunitários de saúde para a atenção na rede integrada do SUS: atenção psicossocial; saúde materna, neonatal e do lactente; urgência e emergência; doenças crônicas não transmissíveis*, cuja finalidade foi contribuir com a implementação do Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade da Rede de Atenção à Saúde (Qualisus-Rede).

Segundo Vânia, o trabalho foi executado em quatro fases: a primeira referiu-se à elaboração do Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem, com a realização de oficinas de trabalho junto às redes das áreas temáticas; a segunda fase consistiu na elaboração do material didático, na modalidade a distância; a terceira disse respeito ao desenvolvimento da Especialização Técnica em Enfermagem, na modalidade a



Segundo Doreto, o debate sobre as novas diretrizes para o Técnico em Enfermagem aconteceu em 2015.

distância; e a quarta consistiu na elaboração de diretrizes e orientações para capacitação de técnicos em enfermagem e de agentes comunitários de saúde que atuavam nas quatro áreas.

No contexto dessa quarta ação, a UFSC e o Ministério da Saúde realizaram, em outubro, em Florianópolis (SC), o 1º Seminário de Alinhamento Teórico-Methodológico, cujo objetivo foi construir coletivamente subsídios para o alinhamento da proposta, além de mapear a realidade dos cursos, identificar nas experiências as potencialidades e dificuldades e as expectativas das ETSUS em relação ao perfil profissional do trabalhador, considerando as necessidades regionais e as linhas de cuidado.

Do encontro, saíram versões preliminares para elaboração das novas diretrizes curriculares para a formação técnica em agente comunitário de saúde e do perfil do especialista técnico de ní-

vel médio em enfermagem. Em relação à primeira versão, indicou-se a formação no horário de trabalho, 100% presencial, atrelada a outras políticas, integrada e crítica. Já as diretrizes da formação técnica em Enfermagem apontaram para a necessidade de atuação sobre os determinantes sociais da saúde, desenvolvimento de competências para uma política de saúde segundo os princípios do SUS, compreensão do processo de trabalho da área específica da especialização nos diversos níveis de atenção, reconhecimento dos princípios do sistema de saúde nos cuidados específicos, atuação na área específica da especialização e capacidade de articular e identificar demandas específicas de uma população, bem como intervir e atuar na assistência nas linhas de cuidado, considerando os princípios da qualidade e segurança do paciente e a postura ética dentro dos princípios da lei do exercício profissional. ▣

Política de Saúde da Pessoa Idosa encontra nas ETSUS a parceria fundamental para a promoção da autonomia e independência dos idosos.

Saúde da pessoa idosa em foco

em rede

Ana Paula Evangelista

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, a população idosa brasileira corresponde a 26,2 milhões, o que significa 13% da população total, e a expectativa de vida é de 74 anos, sendo 77,7 para as mulheres e 70,6 para os homens. Em 2025, o Brasil estará entre os dez países com maior número de idosos do mundo: serão 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade, revela a Organização Mundial da Saúde (OMS). A estimativa está atribuída às quedas das taxas de fecundidade e à diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas. O Brasil, assim, tenderá a envelhecer em 34 anos o que países europeus demoraram um século — na França, por exemplo, a população idosa dobrou de 7% para 14% em cem anos. Uma reflexão sobre os desafios e as políticas — principalmente de saúde — voltadas para essa parcela da população, portanto, se tornaram urgentes. “Esse envelhecimento acelerado vem produzindo necessidades e demandas sociais que requerem respostas políticas adequadas do Estado e da sociedade”, afirmou Cristina Lobo, coordenadora adjunta de Saúde da Pessoa Idosa do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde (Cosapi/Daet/SAS).

Com oito anos de vida, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006) aposta na recuperação, manutenção e promoção da autonomia e independência dos idosos. Entre as diretrizes norteadoras dessa iniciativa está a promoção do envelhecimento ativo e saudável, a atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa, o estímulo às ações intersetoriais e à participação e ao fortalecimento do controle social, o provimento de recursos e a formação e a educação permanente dos profissionais de saúde do SUS. Essa última torna-se uma das ferramentas mais importantes para a promoção da política e encontra nas escolas técnicas do SUS a parceria fundamental. “Para responder às particularidades do cuidado à pessoa idosa, o profissional de saúde deve estar preparado para reconhecer na pessoa idosa a sua potencialidade para o autocuidado, a necessidade de interdependência para o cuidado e a importância de preservar a autonomia para que o processo de envelhecimento seja com qualidade de vida”, observou Cristina.

Experiências exitosas

A Escola Municipal de São Paulo (EMS-SP) iniciou, em agosto de 2014, o curso Gerenciamento de Cuidados para a Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, voltado para 70 auxiliares e técnicos de enfermagem que atuam na Atenção Básica. Dividido em oito módulos e com carga horária de 160 horas, o curso tem metodologia pautada em sucessivas discussões sobre o cotidiano do idoso. Entre as inúmeras contribuições, deverá qualificar os profissionais e oferecer condições para lidar com situações adversas, tendo em vista a autonomia funcional de parte dessa população.



Na ETSUS-PI, agentes comunitários de saúde em campanha contra a gripe, doença que afeta muitos idosos.

Arquivo ETSUS Piauí

Na mesma direção, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) desenvolve estratégias de formação de recursos humanos em gerontologia e geriatria, com o forte propósito de capacitar trabalhadores da saúde frente às especificidades do envelhecimento e da saúde da pessoa idosa, a exemplo dos cursos de pós-graduação lato sensu em Geriatria (2004, 2005, 2006) e Gerontologia (2005). “O investimento na formação dos profissionais da rede de atenção ao idoso no Ceará é orientado pelas demandas específicas da epidemiologia do envelhecimento”, informou Tulia Fernanda Meira Garcia, técnica da ESP-CE e doutoranda em Gerontologia pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

Outra importante ação da escola é o Curso de Capacitação de Cuidadores de Idosos, para instituições, serviços, educadores, agentes públicos, lideranças comunitárias, sejam vinculados a organizações governamentais ou organizações da sociedade civil organizada, integrantes da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi). A capacitação contribui, também, para a implantação da linha de cuidado para pessoas idosas e famílias em situações de violência, negligência e maus-tratos, além de colaborar para a implementação da Política Estadual do Idoso do Ceará ao capacitar pessoas para exercerem funções de cuidador de idosos em domicílios, hospitais, centros de referência e instituições de longa permanência para idosos. Com carga horária de 160 horas aula, sendo 80 horas teóricas e 80 horas de prática supervisionada, a formação destina-se a pessoas com formação mínima no ensino médio — preferencialmente, com

experiência prévia na ação e indicadas por serviços de atenção ao idoso —, cuidadores de serviço de atenção domiciliar e demais interessadas na aprendizagem de cuidar. A escola já formou 200 alunos e há previsão de novas turmas para 2015.

Em 2008, foi a vez da Escola de Formação em Saúde (Efos) dar início ao projeto de integração com a comunidade, realizando encontros e atividades para entender melhor as limitações das pessoas na terceira idade. Em 2009, cerca de 30 idosos da comunidade tiveram o contato com a informática, com ajuda dos próprios servidores. Em outro projeto da Efos, foi apresentado a esse grupo populacional o real benefício de uma alimentação adequada e balanceada. As atividades culminaram, em 2010, no planejamento da Especialização Técnica de Nível Médio em Saúde do Idoso, voltada aos profissionais técnicos de enfermagem que atuam no SUS, com turmas realizadas em 2011 e 2014.

Da ETSUS Blumenau surgiram, em 2007, duas modalidades de formação em saúde da pessoa idosa, voltadas a profissionais e cuidadores. As matrizes curriculares dos cursos tomaram como base os resultados de oficinas sobre o tema, realizadas pela escola e o Ministério da Saúde. Destinado aos trabalhadores da saúde de nível médio, o Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso teve uma carga horária de 180 horas. Para os cuidadores, a capacitação foi de 160 horas, incluindo encontros de educação permanente em saúde. De acordo com a coordenadora pedagógica da escola, Teresinha Nogueira, os eixos norteadores de discussão dos cursos perpassam pelos temas Pro-

cesso saúde-doença, Políticas sociais, Processo de trabalho e Cuidado assistencial e domiciliar ao idoso. A escola formou, ao todo, 267 alunos.

No Piauí, alunos do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, oferecido pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez, realizaram uma atividade inédita de dispersão, que teve como foco a campanha contra a gripe entre a população idosa. Somente no chamado Dia D, 89% dos idosos foram vacinados. Eles apostam na inserção do tema na matriz curricular dos cursos, assim como acredita o Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Araraquara (SP). A escola considera a saúde do idoso eixo transversal dos cursos técnicos, de formação inicial e das atualizações e especializações técnicas, resultando em trabalhos de conclusão de curso, como o de Daniele Marquetti, Denise Rosalino, Francisco de Assis Souza Machado, Lucinéia Aparecida Silva, Regiani Botta e Sergio Hermes das Neves, egressos do curso Especialização Técnica em Urgência e Emergência, da classe descentralizada de São Carlos, sob o tema Conceitos modernos para prevenção e tratamento de diabetes tipo II em idosos.

Em destaque

Por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio à Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde, o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde de Rondônia (Cetas) oferece o Curso de Qualificação em Cuidador de Idosos, cujo objetivo é capacitar 300 técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde que atuam na Atenção Básica, contemplando os 52 municípios do estado. Já foram

finalizadas as turmas dos municípios de Porto Velho, Jaru, São Miguel do Guaporé, Chupinguaia, Vilhena e Ji-Paraná. Outras quatro turmas estão em andamento nas cidades de Rolim de Moura, Colorado do Oeste, Ariquemes e Cacoal, o que representa 87% de profissionais qualificados.

O trabalho tem como base quatro pilares da educação — aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser —, motivando os alunos a confrontarem os aspectos da vida real por meio de visitas aos centros de Convivência de Idosos e às instituições de longa permanência dos municípios. Durante as visitas, os alunos promovem atividades culturais e educativas, como teatro, cinema, concurso de música e dança. “A formação dos trabalhadores nessa área é uma importante estratégia para a inclusão da população idosa no acesso ao cuidado e à promoção à saúde, uma vez que possibilita uma melhor compreensão sobre o processo do envelhecimento, abrangendo aspectos relativos à saúde física, capacidade cognitiva, afetiva, social e funcional”, frisou a diretora do Cetas, Angelita Mendes.

Na Região Norte, também, a Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes (ETSUS Tocantins) tem como ação prioritária a Qualificação do Cuidador de Pessoas Idosas com Dependência, como foco na promoção e prevenção, na recuperação, na reabilitação e no acompanhamento da população idosa. Com carga horária de 160 horas, o curso está dividido em três módulos, buscando desenvolver ações para a proteção social e promoção da saúde, a prevenção e o monitoramento das situações que oferecem risco à saúde da pessoa idosa com dependência, bem como para o processo de interação e comunicação entre o idoso, seus familiares e a comunidade e para a presteza em situações

Em Rondônia, alunos da Qualificação em Cuidador de Idosos em atividades culturais com as pessoas da terceira idade.



imprevistas, articulando os recursos para seu pronto atendimento. No ano de 2014, três turmas iniciaram o curso, nos municípios de Palmas, Gurupi e Araguaína. Com turmas em andamento, a escola pretende formar mais de 100 profissionais na área.

Em Sobral (CE), os 31 técnicos em enfermagem que fazem parte da Especialização Técnica em Saúde do Idoso, promovida pela Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, iniciaram, em novembro, os estágios referentes ao módulo Agravos da terceira idade, cujo propósito é fomentar a reflexão da teoria apresentada no decorrer do curso. Os estágios acontecem nos hospitais Regional Norte e de Ensino Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Iniciado em agosto, o curso está dividido em 300 horas de teoria e 150 horas de estágios e, organizado em cinco módulos — Políticas públicas e sociais de relevância para a saúde da pessoa idosa no SUS; Humanização e acolhimento da pessoa idosa; Agravos da terceira idade; Assistência da enfermagem à pessoa idosa; e Metodologia de pesquisa.

Entre 2006 e 2008, o Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago (Cep Saúde) qualificou 151 cuidadores de idosos, por meio de cursos com carga horária de 100 horas, que contou com a participação de pessoas da comunidade que precisavam cuidar de algum integrante da família ou desejavam atuar na área. De setembro de 2012 a abril de 2014, a escola promoveu mais duas turmas do curso, com 41 cuidadores formados, trabalhadores das instituições de prestação de cuidados às pessoas idosas, como os complexos gerontológicos Sagrada Família e Vila Vida, gerenciados pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) — parceira nessa ação.

Em Minas Gerais, a Escola de Saúde Pública do estado (ESP-MG) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Belo Horizonte realizam, desde 2009, o Projeto de Qualificação do Cuidado Domiciliar à Pessoa Idosa Frágil. O objetivo principal do curso é a qualificação de profissionais da atenção primária, em interface com demais níveis de atenção, contribuindo para a capacitação dos profissionais da rede pública de saúde da capital mineira. O curso, destinado aos agentes comunitários de saúde ou profissionais de nível médio de Enfermagem do SUS de Belo Horizonte — desde que indicados pelo Centro de Educação em Saúde da SMS — é realizado por meio de exposições dialógicas e disciplinas com carga horária de duas ou quatro horas, trazendo temas como alteridade, envelhecimento, ambiência, problemas de saúde mais comuns, rotinas do cuidado ao idoso frágil, situações de risco de vida, humanização, cuidados paliativos, relações sociofamiliares, entre outros. Ao fim do curso, há um momento de construção de propostas de implementação de redes de atenção ao idoso e discussão de políticas públicas voltadas para o tema. ■

HIV na terceira idade

Quais são os fatores associados à vulnerabilidade dos idosos ao HIV/aids, considerando-se a dinâmica demográfica e o envelhecimento populacional? A pergunta norteou a tese de doutorado *Idosos vivendo com HIV/aids: vulnerabilidade e redes sociais em Belo Horizonte (MG), 2013*, defendida por Marília Borborema Rodrigues Cerqueira, professora do Departamento de Economia e da Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes), em junho de 2014, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante cinco anos, ela avaliou 58 prontuários de pessoas com 60 anos ou mais que vivem com o vírus, submetidas a tratamento no Hospital Eduardo Menezes. Entre as principais características desse grupo está a baixa capacidade de resposta à vulnerabilidade, somada à falta de informação e à percepção machista. “Uma idosa tratou de tuberculose em um município do interior de Minas Gerais, mas não conseguia sucesso no tratamento, pois não fizeram o teste de HIV. Ao chegar ao hospital, o diagnóstico foi confirmado”, contou Marília.

A tese aponta para a falta de políticas de prevenção e promoção da saúde sexual entre os idosos. Segundo o estudo, muitos idosos ressaltaram que nunca viram um programa voltado para a geração deles, e a falta de informações perpassa todos os níveis de vulnerabilidade. Em 2008, citou a pesquisadora, houve uma campanha sobre a necessidade de uso do preservativo para indivíduos com 50 anos ou mais, mas foi uma ação isolada. “Os idosos fazem sexo e têm direito a uma vida sexual plena e saudável. Eles precisam de informações sobre sexo mais seguro, uso de preservativo, medicamento para disfunção erétil”, avaliou, chamando atenção, também, para a necessidade de políticas públicas para os profissionais de saúde.

O trabalho identificou que a maioria dos idosos tem vida sexual ativa, mas poucos declararam que se protegem, usando preservativos. Foi verificado que a adesão à terapia antirretroviral (Tarv) tem estrita relação com a forma de contração do vírus: as idosas que foram traídas têm adesão ruim à Tarv e são revoltadas e depressivas. Segundo a tese, as redes sociais servem, para muitos deles, como redes de apoio. Alguns idosos que vivem com o vírus exercem importante papel de conselheiros na rede social.

O cenário revelado por Marília é preocupante, pois apesar da dinâmica demográfica e envelhecimento populacional já terem sido incorporados aos debates, os idosos são vistos como seres assexuados. “Espera-se, nesse sentido, que esta tese possa contribuir para desmitificar a invisibilidade sexual dos idosos, garantindo-lhes uma vida sexual saudável e contínua, o que lhes é de direito”, escreveu.

EMS-SP sedia curso de excelência no atendimento ao cidadão

Migrantes e Memórias do Atendimento ao Cidadão na Saúde foi o tema do curso realizado na Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS-SP), no dia 18 de setembro. Trata-se de uma iniciativa proposta pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), com vistas a desenvolver atitudes para um melhor atendimento dos serviços públicos de saúde. "A experiência superou as minhas expectativas", observou Ester Finguerut Serff, diretora da Divisão de Educação da EMS.

A atividade é promovida, anualmente, em todas as seis coordenadorias de Saúde de São Paulo. O objetivo é estimular a reflexão sobre a atuação profissional no ambiente de trabalho. Para tanto, o programa emprega sempre a metodologia da problematização, baseada nos princípios estabelecidos pelo educador Paulo Freire (1921-1997), tendo em vista uma melhor compreensão da realidade por parte do participante.

ETSUS-PA inaugura primeira turma do Técnico em Prótese Dentária

A primeira turma do curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres, no Pará, teve início em 8 de setembro, em parceria com a Associação Brasileira de Odontologia no estado. O curso, com carga horária de 1.440 horas de aula, tem o objetivo de promover a formação com base nos avanços tecnológicos e científicos da odontologia, visando uma atuação competente e construtiva junto aos odontólogos e à sociedade. A formação técnica envolve 20 profissionais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que atuam em um dos municípios com o Laboratório Regional de Prótese Dentária.

ETSUS Pará promove formação em controle do câncer do colo do útero

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA) iniciou, em setembro, a qualificação em Controle do Câncer do Colo do Útero e Coleta de Papanicolau. O curso, iniciado pela Região de Saúde Metropolitana 1, tem uma carga horária de 40 horas, envolvendo 19 enfermeiros que atuam no SUS. O câncer de colo do útero — também conhecido por câncer cervical — é o terceiro tumor mais frequente na população feminina, depois do câncer de mama e do colorretal, e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Excluindo os tumores de pele não melanoma, o câncer cervical é o mais incidente na região Norte (23,57 casos por 100 mil habitantes). A prevenção torna-se fundamental, pois há uma fase pré-clínica (sem sintomas) da doença, na qual a detecção de lesões precursoras consegue ser feita por meio do Papanicolau. Nesse caso, as chances de cura do tumor são de 100%.

ESP-PE comemora primeiro aniversário como Escola de Governo

Pensando o currículo e as práticas pedagógicas na formação em saúde deu título ao Primeiro Encontro Pedagógico da ESP-PE, realizado em 4/9, no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães. O evento celebrou o primeiro ano da Lei nº 15.066/2013, que instituiu a Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESP-CE) como Escola de Governo, buscando integrar as ações implementadas na escola e promover uma reflexão sobre as práticas pedagógicas na formação dos trabalhadores do SUS do estado.

O encontro dividiu-se entre a mesa-redonda *Educação Profissional e Educação Permanente em Saúde: apontamentos curriculares e práticas pedagógicas*, a conferência *Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco: histórico e missão na formação dos trabalhadores do SUS-PE* e a apresentação *As dimensões da construção do Projeto Político Pedagógico da ESP-PE*, debruçando-se sobre as estratégias e experiências na formação dos trabalhadores de nível técnico e de nível superior da escola.

Município de São Paulo recebe Telessaúde Brasil

Instituído pelo Ministério da Saúde com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento e da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Telessaúde Brasil Redes foi implantado no município de São Paulo, em 30 de setembro, em evento realizado na sede da Prefeitura Municipal de São Paulo. Cerca de 200 trabalhadores da Saúde participaram do encontro, incluindo integrantes do Comitê Municipal de Telessaúde Redes e presidentes de hospitais e entidades parceiras, a exemplo da Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS). "O papel da escola é fundamental, uma vez que é precursora desse tipo de prática, tanto por meio do Canal Profissional da Rede São Paulo Saudável quanto da plataforma Moodle", anunciou a diretora da EMS, Laura Santucci. Para ela, a experiência exitosa de educação a distância da escola só tem a contribuir com o novo programa, que prevê iniciativas de tele-educação como conferências, aulas e cursos a distância.

Um dos objetivos do Telessaúde Brasil Redes é integrar o serviço médico por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação, já que a ideia é oferecer aos trabalhadores do SUS um suporte para tirar dúvidas. Segundo especialistas do programa, a cada duas teleconsultorias realizadas, um encaminhamento do paciente a outra unidade de saúde é evitado. "Trata-se de uma mudança de concepção, que rompe com as barreiras geográficas e também com as distâncias do conhecimento", enfatizou Paulo de Tarso Puccini, secretário municipal da Saúde em exercício.

Da abertura do evento, participaram o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o secretário municipal da Saúde, Paulo de Tarso Puccini, o coordenador nacional da Rede Universitária de Telemedicina, Luiz Ary Messina, e o diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS), Alexandre Medeiros de Figueiredo.

Fomento ao Curso Técnico em Prótese Dentária da ESP-CE

Os alunos do Curso Técnico em Prótese Dentária, promovido pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), por meio de sua Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps), passam a contar com uma maleta com mais de dez materiais e instrumentais odontológicos para serem utilizados na confecção de próteses. Esse conjunto de materiais, confiados aos alunos no dia 12 de setembro, serão usados nas aulas práticas, aperfeiçoando o aprendizado desse profissional que atua em conjunto com o cirurgião-dentista, restabelecendo a capacidade mastigatória e a estética do paciente por meio de próteses dentárias.

Fazem parte do material a maleta para transporte de materiais odontológicos, duas brocas esféricas multilaminadas (nº 7 e nº 8) de aço para peça reta, uma broca vulcanite tronco-cônica (tipo pedra montada), uma concha para cera com base segura, uma caixa com 18 lâminas de cera rosa (nº 9) para uso odontológico, uma espátula lecron e três outras espátulas (nº 7, nº 31, e nº 36).

Iniciado em 2013, o Curso Técnico em Prótese Dentária tem o objetivo de formar profissionais para atuarem nos laboratórios de prótese do Sistema Único de Saúde do Ceará, tendo em vista a necessidade dos serviços e da população.



Acervo ESP-CE

Alunos da Efos são classificados em concurso público

Alunos do curso Técnico em Saúde Bucal da Escola de Formação em Saúde (Efos), de Santa Catarina, foram classificados em concurso público realizado pelas prefeituras municipais de Florianópolis, São José e Palhoça. Na avaliação da escola, a conquista reforça a qualidade de ensino do curso técnico e o comprometimento de seus servidores para o sucesso das formações.

Alunos da ETSUS Sobral iniciam estágio em agravos da terceira idade

Alunos da Especialização Técnica em Saúde do Idoso, promovido pela Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, em Sobral (CE), iniciaram, em novembro, os estágios referentes ao módulo Agravos da terceira idade. Essa fase da formação — destinada a 31 técnicos em enfermagem inseridos no SUS — tem como objetivo fomentar a reflexão da teoria apresentada no decorrer do curso. Os estágios acontecem nos hospitais Regional Norte e de Ensino Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

A especialização técnica, reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará e iniciada em agosto, está dividida em 300 horas de teoria e 150 horas de estágios. Organizado em cinco módulos — Políticas públicas e sociais de relevância para a saúde da pessoa idosa no SUS; Humanização e acolhimento da pessoa idosa; Agravos da terceira idade; Assistência da enfermagem à pessoa idosa; e Metodologia de pesquisa —, o curso tem como objetivos formar profissionais técnicos de nível médio para desenvolver ações que visem à promoção e à prevenção da saúde do idoso, orientar os profissionais quanto aos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos em situações de cuidado com a pessoa idosa e qualifica-los para atuarem em equipes multidisciplinares quanto ao suporte em defesa da vida dessa população. A iniciativa conta com recursos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.



Arquivo ETSUS Sobral

Etsal forma novos técnicos em enfermagem

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (Etsal), em Maceió (AL), realizou a formatura de duas turmas do curso Técnico em Enfermagem das cidades de Murici (26 alunos) e Limoeiro de Anadia (35), nos dias 1º e 5 de setembro, respectivamente. No dia 16, foi a vez da colação de grau dos alunos da turma do município de Satuba. “A qualificação recebida pelos alunos traz maior eficiência e qualidade à assistência à saúde da população e contribui, ainda, para o crescimento social e profissional dos trabalhadores da área da Saúde”, observou a diretora administrativa da Etsal, Edelzuita Novaes.

ESP Iguatu realiza cursos em Vigilância em Saúde e Análises Clínicas

A Escola de Saúde Pública de Iguatu (CE) iniciou, em julho, o curso Técnico em Vigilância em Saúde. A formação, organizada em 1.200 horas de teoria e prática e 600 horas de estágio supervisionado, tem como objetivo proporcionar o conhecimento sobre as ações de inspeção e fiscalização sanitárias e de normatização relacionada a produtos, processos e ambientes. Ao todo, 30 trabalhadores, oriundos de Iguatu (17), Cariús (1), Icó (2), Piquet Carneiro (1), Cedro (2), Jucás (2) e Quixelô (1), efetivaram suas matrículas. A formação encontra justificativa na necessidade de reorientar as estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva da população.

No mesmo mês, a escola também iniciou o curso Técnico em Análises Clínicas, visando à capacitação de profissionais para a realização de atividades relativas às análises microbiológicas, morfológicas, químicas e físicas de fluidos e tecidos orgânicos, exames anatomopatológicos, auxílio à pesquisa e atividades em banco de sangue. São 30 trabalhadores em curso, oriundos de Iguatu (25), Acopiara (03) e Jucás (02), vinculados às 17ª e 18ª coordenadorias regionais da Saúde de Icó e Iguatu. A formação está organizada em 1.200 horas de teoria e prática e 600 horas de estágio supervisionado.

EFTS promove segunda etapa do curso técnico em ACS

Em 2012, a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, deu início à segunda etapa formativa do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, envolvendo os agentes que concluíram a primeira etapa, realizada entre os anos de 2007 e 2012. Fazem parte dessa iniciativa os municípios de Abaíra, Andaraí, Barra do Rocha, Boninal, Itajuípe, Rui Barbosa e Cordeiros, onde a formação já foi concluída, e Conceição do Almeida, Chorochó, Itajuípe, Marcionílio Souza, Mutuípe, Pintadas, Retirolândia e Santa Luz.

Essa segunda etapa conta com recursos remanescentes do primeiro módulo, descentralizados pelo Ministério da Saúde por meio da Política de Educação Permanente em Saúde. Segundo a diretora da EFTS, Maria José Camarão, a expectativa é conseguir oferecer o curso completo, dividido em três etapas formativas, sendo a primeira de 400 horas e as demais de 520 horas. “Esse foi um compromisso da atual gestão no estado, e a categoria vem lutando por isso”, recorda.

ESP-CE realiza curso em vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), em parceria com a Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde (Cres) da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, promoveu, de 20 a 24 de outubro, a primeira edição do Curso Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. A formação, com 40 horas de aula, envolveu profissionais de nível médio e superior que atuam nos serviços de Vigilância Ambiental dos municípios cearenses e na Cres.

O curso teve o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes que possibilitem a utilização e a aplicação de medidas ou ações para a prevenção e diminuição dos fatores de riscos à saúde humana e ao ambiente associados ao uso dos agrotóxicos, encontrando justificativa nos índices de consumo do produto. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo e, somente em 2010, utilizou mais de 800 milhões de litros de agrotóxicos em suas lavouras. Segundo estudos científicos, cada brasileiro ingere 5,2 litros de agrotóxicos por ano.

EMS promove formação técnica em Vigilância em Saúde

A Escola Municipal de Saúde (EMS), em São Paulo, reiniciou as atividades do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, que envolve 176 agentes de zoonoses das Supervisões de Vigilância em Saúde. Entre as atividades realizadas, destacou-se a Campanha de Vacinação Antirrábica, por meio da qual os alunos colocaram em prática, no próprio ambiente de trabalho, alguns conceitos abordados durante o curso, cujo objetivo é ampliar a visão dos profissionais no território, a partir da integralidade das ações.

A iniciativa é fruto da parceria entre o Departamento de Gestão de Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Dege/Sgtes/MS), por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). O encerramento das atividades iniciadas neste ano está previsto para 2016.



Acervo EMS-SP

ETSUS Acre promove formação técnica em enfermagem para indígenas



Acervo ETSUS Acre

Em Santa Rosa do Purus, indígenas de várias aldeias do Acre — a maioria da etnia Kaxinawá — fazem parte do Curso Técnico em Enfermagem ofertado pela Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério da Educação. “Quando terminar o curso, pretendo trabalhar na minha aldeia, pela saúde do meu povo”, revelou Tancredo Prado Kaxinawá. Ele faz o ensino médio concomitantemente ao curso técnico, levando um dia de viagem de barco para se deslocar de sua aldeia para o município de Santa Rosa de Purus. De acordo com o indígena, em sua aldeia há mais de 150 habitantes, com grande necessidade de acompanhamento em saúde, sobretudo, a crianças e idosos.

Além do curso técnico em enfermagem, a ETSUS Acre realiza a formação de agentes comunitários de saúde indígenas. Somente em 2014, a escola formou mais de 200 agentes. “É um trabalho diferenciado que requer maior investimento e preparação de profissionais e insumos, por meio do qual o objetivo é melhorar cada vez mais a qualidade da saúde do indígena no Acre,” enfatizou Rita Paro, diretora-presidente do Instituto Dom Moacyr, a quem a ETSUS Acre está vinculada pela Secretaria Estadual de Educação.

ETSUS Pará promove curso de Segurança do Paciente

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA), em parceria com Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano, realizou, em setembro, o Curso Gestão de Risco e Segurança do Paciente em Serviços de Saúde. O objetivo da formação, que envolve 66 servidores da Secretaria Estadual de Saúde, é tratar das legislações vigentes e das iniciativas referentes à segurança do paciente, evidenciando as principais ferramentas da gestão de risco. O curso teve carga horária de 16 horas, tendo como público-alvo gestores de saúde, enfermeiros, médicos, nutricionistas e farmacêuticos.

ETSUS Acre participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Alunos da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) participaram da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, comemorada de 13 a 19 de outubro em todo o território nacional, sob o objetivo de difundir temas relacionados à ciência e mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno do tema.

Em Rio Branco, o evento foi realizado na Praça da Juventude, onde os alunos da ETSUS realizaram, de 14 a 17 de outubro, oficinas, palestras e ações educativas sobre gerência de saúde, planejamento familiar, desenvolvimento embrionário e gravidez de alto risco, promoveram caminhadas e alongamento aeróbico e apresentaram alguns equipamentos laboratoriais da área de Análises Clínicas.



Arquivo ETSUS Acre

ESP-CE realiza curso em vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), em parceria com a Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde (Cres) da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, promoveu, de 20 a 24 de outubro, a primeira edição do Curso Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. A formação, com 40 horas de aula, envolveu profissionais de nível médio e superior que atuam nos serviços de Vigilância Ambiental dos municípios cearenses e na Cres.

O curso teve o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes que possibilitem a utilização e a aplicação de medidas ou ações para a prevenção e redução dos fatores de riscos à saúde humana e ao ambiente associados ao uso dos agrotóxicos, encontrando justificativa nos índices de consumo do produto. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo e, somente em 2010, utilizou mais de 800 milhões de litros de agrotóxicos em suas lavouras. Segundo estudos científicos, cada brasileiro ingere 5,2 litros de agrotóxicos por ano.

País avança em tratamento com antirretrovirais

O Brasil alcançou, em 2014, o índice de 29% a mais de pessoas em tratamento com antirretrovirais pelo SUS, na comparação com 2013. De janeiro a outubro de 2014, 61.221 pessoas iniciaram o uso de medicação antirretroviral. No mesmo período do ano passado, esse número atingiu 47.506 pacientes. No total acumulado, quase 400 mil pessoas já estão em terapia com os medicamentos. Os dados são do Boletim Epidemiológico de HIV e Aids 2014, divulgados pelo Ministério da Saúde no Dia Mundial de Luta contra a Aids, comemorado em 1º de dezembro.

O crescimento no número de pessoas em terapia com antirretrovirais é um dos impactos do Protocolo Clínico de Tratamento de Adultos com HIV e Aids, lançado há um ano. O protocolo garantiu acesso aos antirretrovirais a todas as pessoas com testes positivos de HIV — mesmo aquelas que não apresentavam comprometimento do sistema imunológico, provocando, inclusive, o aumento expressivo no número de pessoas que iniciaram o tratamento com CD4 acima de 500, ou seja, de pacientes soropositivos com imunidade normal. Os dados do novo boletim indicam que 37% das pessoas que entraram em tratamento em 2014 tinham CD4 acima de 500. Isso demonstra que o protocolo é exitoso.

O Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde estima, aproximadamente, 734 mil pessoas vivendo com HIV/aids no Brasil no ano de 2014, correspondendo a uma prevalência de 0,4%. Na população de 15 a 49 anos, a prevalência é de 0,6%, sendo 0,7% em homens e 0,4% em mulheres. Entre os jovens de 17 a 21 anos do sexo masculino, a prevalência estimada em 2007 foi de 0,12% e 1,2% nos homens que fazem sexo com homens (HSH) da mesma faixa etária. A maior concentração dos casos de aids no Brasil está entre os indivíduos com idade entre 25 a 39 anos em ambos os sexos. Entre os homens, essa faixa etária corresponde a 54,0% e entre as mulheres 50,3% do total de casos desde 1980 a junho de 2014.

AC - Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

AL - Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

AM - Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620 . etsus_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

AP - Amapá

Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

BA - Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496 . sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

CE - Ceará

Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia
(88) 3614-5520 / 5570 . escoladesaudefamilia@sobral.ce.gov.br
www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

Escola de Saúde Pública de Iguatu
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
(85) 3101-1401 / 1403 . esp@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

DF - Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3325-4944 / 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

ES - Espírito Santo

Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva
(27) 3132-5055 / 5074 / 5194 (fax) / 3222-3069 . escolasaude@vitoria.es.gov.br
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES
Tel: (27) 3636-8249 / 8256 / 8257 / 8232 (fax) . nef.s.dlr@saude.es.gov.br

GO - Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago
(62) 3201-3428 / 3425 . cepsaudeses@gmail.com . www.saude.go.gov.br

MA - Maranhão

Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . etsusma@hotmail.com

MG - Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde de Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

MS - Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br

MT - Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso
(65) 3613-2229 / 9983-9974 . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

PA - Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.sespa.pa.gov.br/etsus

PB - Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforsuspb@gmail.com . www.ceforspb.wordpress.com

PE - Pernambuco

Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3181-6090 . esppe.ses@hotmail.com . www.saude.pe.gov.br

PI - Piauí

**Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde
Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez**
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@gmail.com

PR - Paraná

Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293 . cenforpr@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

RJ - Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2334-7274 / 7268 . ets@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

RN - Rio Grande do Norte

**Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde
Dr. Manoel da Costa Souza**
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.rn.gov.br

RO - Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cet.s.ro@gmail.com . www.cet.s.ro.gov.br

RR - Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

RS - Rio Grande do Sul

**Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Estado
do Rio Grande do Sul**
(51) 3901-1508 / 1494 / 1506 . etsus@saude.rs.gov.br

SC - Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde
(48) 3246-4647 / 7038 / 3258-9397 . direcaoefos@saude.sc.gov.br /
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

SE - Sergipe

Centro de Educação Permanente da Saúde
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

SP - São Paulo

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha
(11) 4811-9392 . chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde de Pariqueira-Açu
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br / ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

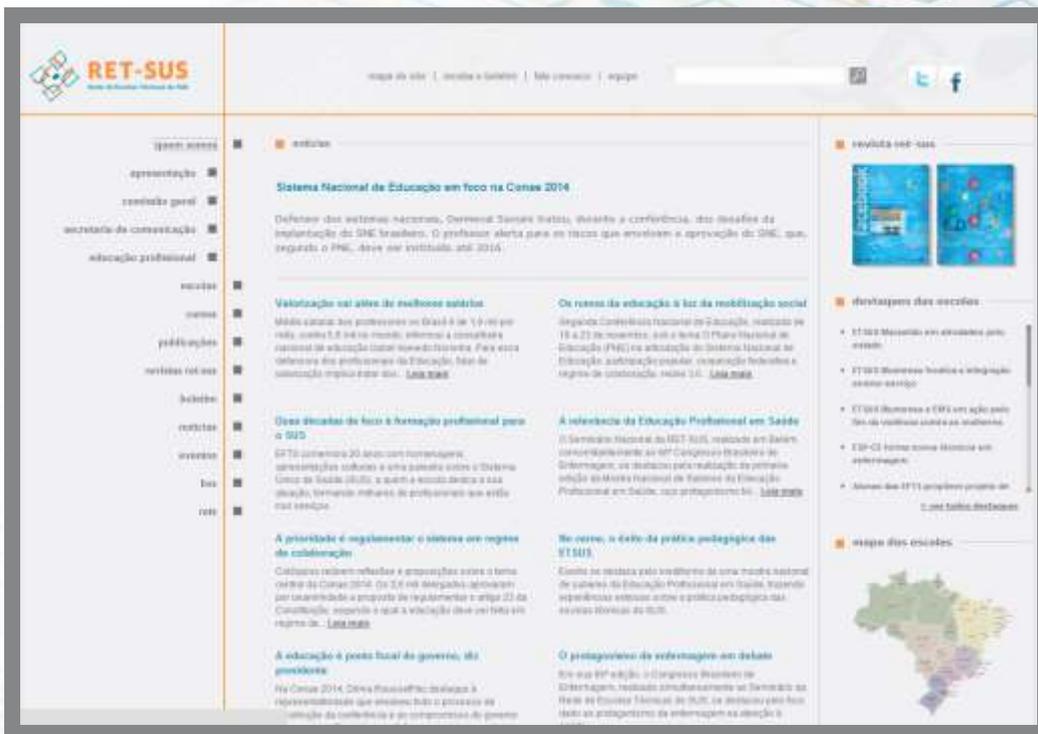
Escola Municipal de Saúde de São Paulo
(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

TO - Tocantins

Superintendência da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
(63) 3218-6280 / 6277 . etsus@saude.to.gov.br . www.etsus.to.gov.br

O site da RET-SUS está de cara nova!
Um ambiente mais interativo e dinâmico!

www.retsus.fiocruz.br



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse www.retsus.fiocruz.br